

Cadernos NIGS *metodologías*

**Internet, mídia
e sistema judiciário**



n. 1, vol. 1, ano 2010

Cadernos NIGS - Metodologias é uma publicação do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, do Laboratório de Antropologia Social (LAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Editora geral: Miriam Grossi

Revisão: Fernanda Cardozo

Editoração: Rayani Mariano

Capa: Ana Maria Alves de Souza (arte intitulada *Deméter*)

Conselho editorial

Alinne Bonetti (UFBA)

Bernadette Grossi dos Santos

Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)

Elisete Schwade (UFRN)

Leandro Castro Oltramari (UNISUL/UNIVALI)

Marcelo José de Oliveira

Marlene Tamanini

Miriam Adelman (UFPR)

Myriam Aldana Vargas (UNOCHAPECÓ)

Rozeli Maria Porto (UFRN)

Sonia Malheiros Miguel (SPM)

Esta é uma publicação realizada sob apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), do Governo Federal.

Cadernos NIGS *metodologias*

Internet, mídia e sistema judiciário

Fernanda Cardozo e Rayani Mariano (orgs.)

Paula Pinhal de Carlos

Patricia Rosalba Salvador Moura Costa

Claudia Regina Nichnig

Miriam Pillar Grossi et al.



Núcleo de Identidades
de Gênero e Subjetividades

NIGS - UFSC

Florianópolis

2010

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
<i>Miriam Pillar Grossi</i>	
CAPÍTULO 1: Pesquisando no Orkut.....	11
<i>Paula Pinhal de Carlos</i>	
CAPÍTULO 2: O sistema de justiça criminal como fonte de pesquisa.....	23
<i>Patricia Rosalba Salvador Moura Costa</i>	
CAPÍTULO 3: Metodologia para estudar fontes judiciais.....	37
<i>Claudia Regina Nichnig</i>	
CAPÍTULO 4: Banco de Dados para estudar a violência na imprensa brasileira.....	51
<i>Miriam Pillar Grossi, Tânia Montoro, Nívio Caixeta do Nascimento, Raquel Wiggers, Juliana Cavilha Mendes</i>	

APRESENTAÇÃO

A série *Cadernos NIGS*, cujas primeiras edições foram publicadas no ano de 2004, consiste em mais uma das iniciativas do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no que diz respeito a suas atividades de pesquisa, extensão e publicação.

Criado em 1991, o NIGS, coordenado pela Profa. Miriam Pillar Grossi, vem desenvolvendo pesquisas e projetos relacionados à temática de gênero e seus entrecruzamentos com violências, sexualidades, educação, política, religiosidades, moralidades, trabalho, movimentos sociais, conjugalidades e parentalidades, ciência e tecnologia, dentre outros temas. Além dos trabalhos desenvolvidos coletivamente pelo NIGS, os quais têm sido apoiados por diferentes órgãos e agências financiadoras¹, o grupo conta com parcerias interinstitucionais através da participação em redes nacionais e internacionais de pesquisa, a exemplo da *Rede Conjugalidades e Parentalidades*, da qual fazem parte, além de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões, os grupos liderados por Luiz Mello (UFG) e Anna Paula Uziel (UERJ).

Vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG), ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), à linha de gênero do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (DICH) e ao curso de graduação em Ciências Sociais da UFSC, o NIGS realiza regularmente eventos acadêmicos, jornadas de estudos e oficinas em torno das temáticas de gênero, direitos reprodutivos e sexuais e violências contra as mulheres. Dentre tais atividades, destacam-se as oficinas de gênero e sexualidade realizadas em escolas da rede pública da Região Metropolitana

¹ CNPq, CAPES, Développement et Paix, Fundação Carlos Chagas/Ford, Fundação MacArthur, Fundação Ford, Apoio a Teses Ford/ANPOCS, Metodologia de Pesquisa em Sexualidade IMS/UERJ/FORD, Ministério da Saúde, CEBRAP/PRO-SARE, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

Apresentação

de Florianópolis a partir do projeto “Papo Sério” e o “Concurso de Cartazes sobre Lesbofobia, Transfobia e Homofobia nas Escolas”, realizado anualmente junto a instituições de ensino de Santa Catarina.

Os *Cadernos NIGS*, por sua vez, visam à divulgação de pesquisas desenvolvidas por integrantes do NIGS no período de sua formação e à divulgação de reflexões coletivas a respeito das práticas de pesquisa e extensão. A partir de duas séries – *Metodologias* e *Pesquisas* –, os *Cadernos NIGS* apresentam algumas das produções e dos diálogos desenvolvidos no núcleo de pesquisa.

Os *Cadernos NIGS Metodologias*, inspirados na publicação *Trabalho de Campo e Subjetividades*, lançada pelo NIGS em 1993, contemplam debates acerca dos procedimentos, dos impasses e dos desafios metodológicos, éticos e subjetivos da pesquisa no campo das ciências humanas.

Por sua vez, a linha editorial *Pesquisas* retoma as publicações de trabalhos como TCCs, dissertações e teses realizados por pesquisadoras e pesquisadores integrantes do NIGS. As primeiras pesquisas lançadas pelos *Cadernos NIGS* foram as dissertações de mestrado de Flávio Luiz Tarnovski (*Pais assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo*), Rozeli Maria Porto (*Gravidez e relações violentas: representações da violência doméstica no Município de Lages – SC*) e Juliana Cavilha Mendes Losso (*Histórias de Quartel: Um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa*), todas em 2004.

Finalmente, a série *Extensão* destina-se a relatar experiências em atividades de extensão universitária, diálogos entre os conhecimentos produzidos no núcleo de pesquisa e suas inserções em meios não acadêmicos e propostas metodológicas para a abordagem de temáticas referentes a gênero e sexualidade no contexto escolar e de oficinas para jovens, educadores e pais.

Nesta edição, quatro artigos relatam, a partir de diferentes experiências de pesquisa, procedimentos de entrada em campo, instrumentos de construção de dados e formas de classificação de material de pesquisa. O primeiro artigo, da autoria de Paula Pinhal de Carlos, descreve uma rede social virtual bastante popular – o Orkut – como campo fértil de pesquisa qualitativa. Já Patricia Rosalba Salvador Moura Costa ensina, no segundo artigo, como realizar pesquisa a partir dos documentos produzidos pelo Sistema de Justiça Criminal, tendo em vista a construção das verdades jurídicas com base nos diferentes atores sociais que o compõem. No terceiro artigo desta edição, Claudia Regina Nichnig aborda estratégias e lições a respeito de como trabalhar com as fontes judiciais, apontando as diferentes temáticas passíveis de serem pesquisadas através dessa metodologia. Por fim, o quarto artigo traz a publicação revisada de um texto escrito em parceria entre Miriam Pillar Grossi, Tânia Montoro (UnB), Nívio Caixeta do Nascimento, Raquel Wiggers e Juliana Cavilha Mendes Losso em 1996 sobre metodologias de construção de um banco de dados sobre violências a partir de reportagens jornalísticas.

Este é o segundo caderno de Metodologias lançado pelo NIGS. O primeiro, *Trabalho de Campo e Subjetividades*, de 1993, pode ser acessado através do site www.nigs.ufsc.br.

Às leitoras e aos leitores que se aventuram, boa leitura!

Miriam Pillar Grossi
Florianópolis, agosto de 2010.

CAPÍTULO 1

Pesquisando no Orkut

Paula Pinhal de Carlos

CAPÍTULO 1 PESQUISANDO NO ORKUT

Paula Pinhal de Carlos¹

Este texto tem como objetivo auxiliar aqueles que pretendem utilizar a ferramenta do Orkut em suas pesquisas. Em primeiro lugar, cabe aqui tecer algumas explicações sobre ela. O Orkut pertence ao mundo virtual e consiste numa rede de relacionamentos disponível na Internet². Essa rede é filiada ao Google³ e foi criada em 2004.

Cabe perguntar, contudo, por que o Orkut pode ser útil para nossas pesquisas. Sobre a importância e o impacto do Orkut, Dornelles (2005, p. 164) afirma o seguinte:

Ele pode ser considerado como um marco no início de um tipo de sociabilidade desvinculada das dimensões de tempo e de espaço para encontro social. O resultado é a geração de uma diversidade ampla de subjetividades colocadas em contato, o que significa a possibilidade de contato entre indivíduos de diferentes segmentos sociais (em termos de renda e idade, por exemplo), com diferentes referenciais simbólicos e possuindo diversos estilos de vida.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar a grande popularidade do Orkut. Apesar de possuir apenas cinco anos, já conta com mais de 23 milhões de usuários e é a maior rede social com participação de brasileiros⁴, representando, segundo Flávia Pithan (2007, p. 17), “parte importante das características da sociedade brasileira que tem acesso a computadores e à internet”. Suely Fragoso (2006) é uma autora que trata da tomada do Orkut por brasileiros,

¹ Aluna do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (área de concentração de Estudos de Gênero) e bolsista do CNPq.

² Disponível em <<http://www.orkut.com.br>>.

³ Disponível em <<http://www.google.com.br>>.

⁴ Dados descritos em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Orkut>>.

associando-a, principalmente, a uma ofensiva contra os Estados Unidos. Os brasileiros pretendiam, ao convidar diversas pessoas a fazer parte da rede, fazer com que o número de brasileiros no Orkut superasse o número de estadunidenses, o que é demonstrado, pela autora, a partir do aumento vertiginoso de associados brasileiros, somado ao monitoramento da criação e da agregação de novos membros a comunidades anti-Estados Unidos.

Cabe salientar que as relações virtuais podem ser pensadas, com Lévy (1999), como uma extensão das presenciais, já que possuem com elas diversas semelhanças: não são frias e isentas de emoção, também são baseadas em regras sociais (ibid., p. 128) e não substituem os encontros presenciais. Dessa forma, as comunidades virtuais, como o Orkut, consistiriam numa forma de as pessoas se encontrarem e trocarem informações, diante da desterritorialização dos espaços⁵.

A análise do Orkut pode-se dar de diversas maneiras, dependendo do que se privilegia em nossa pesquisa, já que a ferramenta possui vários recursos. É possível fazer isso, por exemplo, a partir da realização de uma antropologia do ciberespaço, estudada por Theophilos Rifiotis (2001). Esse autor considera as interações sociais mediadas pela internet como um terreno fértil para o estudo antropológico, mas ressalta que tais estudos exigem uma revisão de noções teóricas e metodológicas clássicas da pesquisa etnográfica. São elementos importantes para o antropólogo e devem ser considerados por ele a escrita do diário de campo e o fato de grande parte das observações participantes terem como base textos. Além disso, questões éticas também são postas em pauta, sobretudo no que tange à identificação, no mundo virtual, do pesquisador. O autor salienta, contudo, que não há respostas prontas

⁵ Segundo Dornelles (2005), para o Orkut não são necessárias ligações de tempo e espaço. A comunicação é, portanto, assíncronica. Como as mensagens são publicadas no site, é possível que alguém que esteja isolado, espacial ou temporalmente, participe dos momentos de sociabilidade.

e que o bom senso deve prevalecer nessa ética da antropologia do ciberespaço.

Para pesquisar o Orkut e utilizar os recursos disponíveis, como, por exemplo, analisar os perfis dos associados, as comunidades das quais eles fazem parte, os recados que trocam entre si e as redes de amigos que se constituem a partir desse *site*, é preciso primeiramente fazer parte dele. Por esse motivo, descreverei agora como se deu minha inserção no Orkut.

Minha inserção no mundo do Orkut

Lembro-me da primeira vez em que tive contato com o Orkut. Eu estava na graduação e fazia estágio num órgão público quando uma colega falou da novidade. Não entendi muito bem para que poderia servir. Naquele momento, seu discurso parecia repleto de informações que não me interessavam. Encontrar pessoas que não vejo há tempos? Ser amiga virtual de pessoas com as quais já me relacionava face a face? Qual o sentido disso tudo? Ainda por cima era preciso um convite de um usuário para ter acesso. Minha colega, muito entusiasmada, já digitava meu e-mail para enviar o tal convite. Para mim, aquilo não fazia sentido. Lembro-me, inclusive, de ter dito que não tinha tempo disponível para o Orkut.

Sobre o tempo disponível para o Orkut, cabe trazer aqui as considerações de Jonatas Dornelles (2004) ao tratar do fenômeno do “conjunto computador/Internet”. Segundo esse autor, as rotinas de todos nós vão sendo modificadas, e a presença do computador e da internet torna-se constante em diversos ambientes, tais como a casa, o trabalho e a escola. Isso também gera uma reorganização das relações sociais, uma vez que as distâncias sofrem alterações, e a comunicação entre as pessoas é facilitada: “indivíduos que não entrariam em contato uns com os outros [...] via Internet acabam tendo a possibilidade de cultivarem momentos de sociabilidade”. Esses momentos de sociabilidade entre indivíduos sem

contato *off-line* foi uma das possibilidades alardeadas por minha colega, que estava muito contente, na época, por ter reencontrado amigos de infância que não via há tempos.

Alguns meses depois, embora não lembre ao certo quando e nem por meio do convite de qual pessoa, sucumbi à rede de relacionamentos. Afinal de contas, vários amigos já faziam parte do Orkut e, como era época de formatura, ouvi dizerem que criariam uma comunidade da nossa turma de formandos, da qual não queria ficar de fora. Para quem já estava bastante acostumada a acessar o e-mail todos os dias e a usar a internet para navegar com as mais diversas finalidades, por que não acrescentar mais um recurso à minha rotina virtual? No início, o mais divertido era adicionar amigos, descobrir pessoas que já conhecia *off-line* e redescobrir pessoas com as quais não tinha contato há muito tempo, como amigos de infância, por exemplo. Com a coleção de amigos já muito difundida (atualmente tenho mais de 300), passei a incrementar meu perfil⁶.

Meu maior interesse atual na rede, também associado à minha pesquisa, pode ser expresso pela comunidade “eu fico procurando comunidades”, que conta com mais de 22 mil associados. Por conta dessa busca por comunidades no Orkut, sou hoje adepta de 161 delas⁷. Fazer parte de diversas comunidades me

⁶ Em um determinado momento, o mais importante era postar fotos. A cada saída com os amigos, uma foto diferente para compor o álbum do Orkut. Nesse período, passei a fazer parte da comunidade “eu tiro foto pensando no Orkut”. Não estava sozinha: a comunidade conta com mais de 400 mil associados.

⁷ Há as que dizem respeito a características minhas mais explícitas, como “as baixinhas são as melhores” (em referência à minha altura), “nascidos em 27 de outubro” (em referência ao meu aniversário) e “eu sou míope” (em referência ao meu problema visual). Há também as que dizem respeito a preferências, como “amo suco de abacaxi”, “eu odeio atualizar o Lattes” e “frutas e verduras orgânicas”. Há comunidades que dizem respeito a questões e interesses profissionais, como “Zygmunt Bauman”, “pesquisa científica – Brasil” e “pesquisadores do Orkut – UFSC”. Por fim, há as comunidades que eu caracterizaria como irônicas ou divertidas, como “momento mulherzinha”, “quem mexeu no meu paradigma?” e “celulite? Não! Gostosa em braile”.

permite ter um acesso facilitado àquelas que interessam à minha pesquisa, sobre práticas afetivas de jovens. Isso se dá, sobretudo, porque, ao entrarmos na página de uma determinada comunidade, é possível visualizar comunidades afins, inseridas ali pelo seu criador. Dessa forma, ao procurar comunidades sobre amor e relacionamentos, consigo ter acesso a diversas comunidades sobre esse tema. Além disso, ao fazer parte das comunidades, posso ter acesso à visualização e à participação dos seus fóruns, locais nos quais seus participantes discutem temas relacionados à proposta da comunidade. Esse é, de alguma forma, meu histórico no Orkut. Falarei, a partir de agora, sobre os recursos que essa rede de relacionamentos disponibiliza.

O perfil

Para ter acesso e, portanto, pesquisar sobre o Orkut, é necessário, em primeiro lugar, associar-se a essa rede. A partir de então, é preciso preencher as informações solicitadas pelo perfil. Estas estão divididas nas categorias *social*, *profissional* e *pessoal*. É possível também postar uma foto. Não é obrigatório o preenchimento de todas as informações. A análise dos perfis pode servir, sobretudo, ao estudo da construção da identidade no Orkut. A partir dos itens sugeridos pelo sistema, que são ou não preenchidos, e do conteúdo do que é postado, é possível visualizar de que forma os usuários do Orkut se mostram nessa rede: como se descrevem, quais dizem ser seus interesses e como se mostram por meio de suas fotos, por exemplo.

Procurando amigos

Sendo uma rede de relacionamentos, o Orkut destina-se a permitir o contato entre as pessoas, independentemente de elas se conhecerem pessoalmente ou não. O Orkut possibilita a cen-

tralização do acesso dos indivíduos, sendo capaz de intermediar, ao mesmo tempo, o encontro de pessoas em suas redes de sociabilidade e o encontro de diversas redes (DORNELLES, 2005). A popularidade do associado do Orkut pode ser medida, sobretudo, pelo número de amigos que ele possui. Como o sistema não permite que o internauta tenha mais de mil amigos associados ao seu perfil, muitas pessoas têm dois ou mais perfis para agregar todos os amigos.

Para encontrar pessoas, há a ferramenta “procurar amigos”, por meio da qual é possível pesquisar por nome, e-mail ou cidade, por exemplo. Assim, podemos achar um amigo próximo, um conhecido ou mesmo alguém que não vemos há muito tempo. Outra maneira de encontrar os amigos é a partir da visualização dos amigos de nossos amigos. Para tanto, basta entrar no perfil de um amigo do Orkut e clicar em “amigos” e em “ver todos” para visualizá-los. A análise dos amigos pode ser utilizada principalmente para a verificação da construção das redes por meio do Orkut. São agregadas apenas pessoas conhecidas no mundo *off-line*; e quais os critérios para adicionar amigos cujo vínculo existe apenas no mundo virtual são algumas das questões que podem ser averiguadas.

Os recados

A partir da página de recados, é possível comunicar-se com nossos amigos ou com outros usuários do Orkut. Para escrever um recado para outro usuário, basta entrar em seu perfil e clicar em “recados”. Assim, é possível, além de escrever uma mensagem para essa pessoa, visualizar os recados que foram escritos por outros amigos em sua página. Logo, é possível, a partir da página de recados, também verificar o que está ocorrendo na vida dessa pessoa, com base no que é escrito para ela. Podemos saber, portanto, dependendo do que está escrito, se ela saiu no fim

de semana, se está bem ou não, se possui um novo relacionamento, um novo emprego ou se há qualquer tipo de mudança em sua vida.

Allan Mocellim (2007), que pesquisa a construção da identidade por meio do Orkut, pondera que, nessa rede, as identidades são construídas não apenas pelo preenchimento das características do perfil, mas também pelo que é postado pelos amigos. Se, em relação ao seu perfil, o usuário possui total controle, o mesmo não pode ser dito no que se refere às ações efetuadas por seus amigos, que, por sua vez, podem ser visualizadas por todos os outros amigos. A identidade seria, aqui, também construída a partir dos amigos que o usuário tem e da forma como se relaciona com eles.

As comunidades

As comunidades também possuem muita importância para o Orkut, que, segundo Raquel Recuero (2006), consiste numa rede de relacionamentos que opera basicamente por meio de perfis e comunidades. Há comunidades de todos os tipos, sobre animais, arte, atividades, cidades, moda, relacionamentos, religiões, etc. As comunidades são criadas por usuários e possuem uma descrição, destinada a atrair mais membros. Ao se associar a uma comunidade, é possível convidar outros amigos a fazer parte dela. É permitido, ainda, participar dos fóruns que ocorrem na página da internet dessa comunidade, interagindo com os demais membros.

Sobre as comunidades do Orkut, Cláudia da Silva Pereira (2007) classifica-as em dois tipos. Em primeiro lugar, há as comunidades que se formam no mundo real e são transportadas para o mundo virtual. Um exemplo é a comunidade “CFH – UFSC”, que tem como objetivo reunir alunos, professores e funcionários do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Em segundo lugar, há as comunidades

“eminentemente virtuais, ou seja, que não têm uma preexistência, coexistência ou pós-existência no mundo real” (ibid., p. 362). Em se tratando da comunidade “Celulite? Não! Gostosa em braille”, por exemplo, que objetiva reunir mulheres que têm celulite e não se importam com isso, não há nenhum vínculo prévio ao que é estabelecido no Orkut entre os associados da comunidade. Esses associados possuem apenas crenças ou valores comuns em torno do tema “celulite”.

Para Mocellim (2007), as comunidades podem descrever a trajetória do usuário do Orkut. Com a associação a comunidades sobre locais nos quais residiu (“Bairro Santana”), escolas nas quais estudou (“Colégio Sévigné – Porto Alegre”), década na qual passou sua infância (“Infância 80”), etc., é possível traçar parte da trajetória de vida do usuário do Orkut. Por esse motivo, as comunidades servem também à construção da identidade nessa rede de relacionamentos.

Em trabalho apresentado no II Simpósio da ABCIBER (CARLOS, 2008), ao estudar a temática do amor, utilizo comunidades do Orkut para exemplificar os modelos de amor romântico (AZEVEDO, 1981), amor confluyente (GIDDENS, 1993) e amor líquido (BAUMAN, 2004). Dessa forma, a partir das descrições de comunidades sobre relacionamentos, tais como “sou para casar” e “pego, mas não me apego”, procurei identificar traços descritos pelos autores como componentes dos modelos amorosos elencados.

É preciso citar, no que tange ao estudo de comunidades, duas etnografias do ciberespaço. Em primeiro lugar, trato aqui do trabalho de Jean Segata (2008), que realiza uma etnografia virtual em “Lontras e a construção de laços no Orkut”. Para tanto, faz uma análise dos usuários que têm a cidade de Lontras, no interior do Estado de Santa Catarina, em comum, a partir das interações que efetuam por meio das comunidades relacionadas à cidade.

Já Pereira (2007, p. 359), ao “analisar de que forma a ado-

lescência constrói sua identidade a partir de processos de distinção e controle social na *Internet*”, tomou como objeto de estudo, em seu trabalho de campo, dois tipos de comunidades da internet: a das *pró-anas* (que reúnem adolescentes, sobretudo do sexo feminino, que defendem a prática da anorexia como estilo de vida) e a dos góticos. Utiliza, para tanto, dentre outros recursos do mundo virtual, o Orkut, a partir do estudo de comunidades dessa rede relativas aos temas acima elencados.

Considerações finais

Conforme foi visto, o Orkut, além de rede de relacionamentos e forma de diversão para os que dele participam, pode consistir numa ferramenta de análise muito útil para nossas pesquisas. Diante do crescimento do acesso da população à internet e da grande popularidade do Orkut, torna-se necessário incluir sua pesquisa, assim como a realizada na mídia, em nossos trabalhos. É possível saber a opinião das pessoas sobre determinado tema, por exemplo, a partir da visualização das comunidades existentes sobre ele. Além disso, pesquisas específicas sobre o Orkut podem mapear novas formas de se definir, de se relacionar e de se mostrar aos outros nos dias atuais.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Thales de. “Namoro à antiga: tradição e mudança”. In: FIGUEIRA, Sérvulo Augusto; VELHO, Gilberto. **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981 (pp. 219-275).

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARLOS, Paula Pinhal de. “Amor e Orkut: de ‘sou para casar’ a ‘pego, mas não me apego’”. **II Simpósio da ABCIBER**, São Paulo, novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.cencib.org/simpósioabciber/PDFs/CC/Paula%20Pinhal%20de%20Carlos.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

DORNELLES, Jonatas. "Cidade e Internet: o estreitamento das dimensões on e off-line". **Os Urbanitas**: Revista de Antropologia Urbana, São Paulo, ano 1, vol. 1, julho de 2004. Disponível em: <<http://www.osurbanitas.org>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. O Orkut e a terceira forma de sociabilidade. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 41, n. 3, p. 163-171, set./dez. 2005.

FRAGOSO, Suely. "Eu odeio quem odeia...: considerações sobre o comportamento dos usuários brasileiros na tomada do Orkut". **E-Compós**, Brasília, v. 6, p. 1-22, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 1993.

GUIMARÃES JR., Mário J. L. "De pés descalços no ciberespaço: tecnologia e cultura no cotidiano de um grupo social on-line". **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 123-154, jan./jun. 2004.

MOCELLIM, Allan. "Internet e identidade: um estudo sobre o website Orkut". **Em Tese**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 100-121, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/vol3_2art1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2009.

PEREIRA, Cláudia da Silva. "Os wanabees e suas tribos: adolescência e distinção na Internet". **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 15, v. 2, p. 357-382, maio/ago. 2007.

PITHAN, Flavia. "O tribalismo de Maffesoli no Orkut". **Revista Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 17, p. 1-20, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br>>. Acesso em 5 out. 2008.

RECUERO, Raquel. "Dinâmicas de redes sociais no Orkut e capital social". Artigo apresentado no GT Internet, Comunicación y sociabilidad da ALAIC, UNISINOS, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <<http://www.pontomidia.com.br/raquel.alaic2006.pdf>>. Acesso em 5 out. 2008.

RIFIOTIS, Theophilos. "Antropologia do ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade". In: **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, n. 51, 2002. scribd.com/doc/2416203/RIFIOTIS-2001?secret_password=20td3dpi4kdilzcek12ud>. Acesso em: 15 maio 2008.

SEGATA, Jean. **Lontras e a construção de laços no orkut**: uma antropologia no ciberespaço. Rio do Sul: Nova Era, 2008.

CAPÍTULO 2
O Sistema de Justiça Criminal
como fonte de pesquisa

Patricia Rosalba Salvador Moura Costa

CAPÍTULO 2

O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL COMO FONTE DE PESQUISA

Patricia Rosalba Salvador Moura Costa¹

Os documentos produzidos no Sistema de Justiça Criminal constituem importante fonte de pesquisa que serve à produção de uma variedade de tipos de conhecimento científico. Deles é possível extrair análises diferenciadas sobre os diversos segmentos sociais, além de os mesmos possibilitarem compreender o jogo de poder constituído pelas palavras que envolve a sociedade e o Estado na construção do documento oficial. Portanto, é importante frisar que o estudo das fontes documentais deve considerar a interpretação da palavra escrita, a fim de compreender a construção do discurso empreendido por determinados grupos sociais (CORRÊA, 1983; MAGGIE, 1992; OLIVEIRA e SILVA, 2005). Este artigo tem como objetivo aproximar o leitor da maneira como algumas fontes documentais² são construídas pelo Sistema de Justiça Criminal.

Neste texto, descreverei o Sistema de Justiça Criminal. Ao discorrer sobre ele, estou referindo-me à Polícia Judiciária, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. Conforme apontei em outra ocasião,

¹ Aluna do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Desenvolve o Projeto de Pesquisa de Doutorado sobre o tratamento jurídico penal dos crimes sexuais no Sistema de Justiça Criminal, sob a orientação da Professora Dra. Miriam Pillar Grossi.

² O Sistema de Justiça Criminal produz muitos documentos que servem como fonte de pesquisa. No entanto, esse artigo deter-se-á à análise de Boletins de Ocorrência e de Inquéritos Policiais produzidos pela Polícia Judiciária, da Denúncia constituída no Ministério Público e da Sentença, fruto do Poder Judiciário.

O sistema de justiça criminal como fonte de pesquisa

A Polícia Judiciária é o órgão executivo da segurança pública cuja função constitui a apuração das infrações penais e ao auxílio ao Poder Judiciário na repressão a estas; o Ministério Público, é por sua vez, a organização responsável pela investigação do cumprimento da Lei. Existem vários Ministérios, dentre eles estão o do Trabalho, o da União e os Estaduais, sendo todos independentes. Dentre as várias funções, ao promotor de justiça cabe a preparação das peças processuais, o atendimento ao público e a participação em audiências nos fóruns. Quanto ao promotor criminal, tem como atribuição também a decisão de denunciar ou não à justiça o inquérito policial enviado pela polícia. É nas Varas Criminais, que se constitui e se desenvolve todo o rito do processo criminal. É necessário pontuar que apenas o juiz é parte integrante do Poder Judiciário e, portanto, cabe a ele decidir o fim do caminho percorrido pelo processo criminal (COSTA, 2008, p. 79).

As fontes documentais no Sistema de Justiça Criminal podem ser produzidas nessas três instituições³. A tabela 1 expõe de maneira sistemática a ordem em que são produzidos os documentos que compõem o processo criminal. A polícia Judiciária é a instituição responsável pela produção do Boletim de Ocorrência e do Inquérito Policial. O Ministério Público, por sua vez, elabora a Denúncia; e o Poder Judiciário é a instituição em que há abertura de fato do processo.

³ Considero a Delegacia, o Ministério Público e o Poder Judiciário instituições que, juntas, participam da construção do processo criminal. É necessário destacar o papel importante dos advogados, principalmente os que compõem a Defensoria Pública. Porém, este não será objeto de análise desse artigo, pois me guio a partir da definição do Código de Processo Penal quanto à descrição das instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal. De acordo com Kant de Lima (1999), a administração dos conflitos, objetivo do Sistema de Justiça Criminal, acontece de formas diferentes nas três instituições (Delegacia, Ministério Público e Poder Judiciário), no entanto existe um processo de comunicação entre elas que se dá a partir de procedimentos burocráticos.

INSTITUIÇÃO	DOCUMENTOS
Polícia Judiciária	Boletim de Ocorrência
	Inquérito Policial
Ministério Público	Denúncia
Poder Judiciário (varas criminais)	Processo

Tabela 1. Documentos do Sistema de Justiça Criminal

No entanto, para que um fato conflituoso se transforme em tipificação legal, é necessário compreender que existe, por parte dos Operadores do Direito que compõem o Sistema de Justiça Criminal, o poder de interpretar as narrativas conflituosas relatadas pelas vítimas, ou por algum representante legal, para transformá-las em fato criminoso identificado com algum artigo do Código.

Identifico como Operadores do Direito delegados/as, promotores/as e Juizes/as. Estes são os profissionais responsáveis pela coordenação, em cada instituição, da investigação, elaboração e conclusão dos documentos que compõem o processo criminal.

Ao pesquisar as fontes documentais construídas pelo Sistema de Justiça Criminal, deve-se ter a precaução de evitar tomar as informações contidas nas peças processuais como uma transposição direta dos fatos. É importante entender a possibilidade da distância existente entre a narrativa da demanda social que chega ao sistema criminal e a tipificação legal dos fatos realizada pelo mesmo. Ou seja, é necessário ficar atento ao fato de que o processo é composto por um conjunto de textos que são escritos por profissionais do sistema de justiça, geralmente o escrivão, o qual, sob pena de lei, tem, dentre suas atribuições, a transcrição direta do discurso das pessoas (vítimas, autores, testemunhas), que procuram o sistema com o objetivo de terem seus problemas solucionados.

O processo de construção da legalidade dos fatos conflituosos que chegam ao conhecimento do Sistema de Justiça se dá

O sistema de justiça criminal como fonte de pesquisa

através de seu enquadramento nas tipificações penais, isto é, nos artigos do Código Penal Brasileiro, documento nacional que define os diversos tipos de crime. Segundo Vieira (2007), isso ocorre, principalmente, na esfera da polícia judiciária, pois é o espaço em que, na maioria das vezes, se encontra a primeira construção de uma narrativa sobre os fatos conflituosos e, portanto, constitui o primeiro procedimento das negociações em torno das tipificações jurídicas. Estas se concretizam a partir da interação policial com a vítima, resultando na definição de tipos penais adaptados aos casos apresentados. Isso se estabelece de acordo com as possibilidades jurídicas disponíveis neste contexto social - a presença do Código Penal na instituição e a interpretação que se dá ao discurso da vítima constituem uma dessas possibilidades, indispensáveis à construção do Inquérito Policial, sendo que o Boletim de Ocorrência é o elemento inicial que abre as portas para a investigação e para a conclusão do Inquérito.

Dentro dessa perspectiva, Misse (1999) destaca que a construção social do crime começa e termina com base em algum tipo de acusação social que abrange o processo de criminalização, criminação, incriminação e sujeição criminal. Com relação à criminalização, o autor a define como uma reação moral que determina o crime, coloca-o nos códigos e estabelece a sua sanção. No percurso da construção social do crime, esse seria o primeiro momento.

O encaixe do fato conflituoso na Lei é o que Misse chama de processo de criminação de um evento. É nessa fase que as autoridades interpretam as histórias narradas pelas vítimas e, conseqüentemente, oficializam os discursos dentro de uma lógica criminalizadora.

A incriminação seria a etapa em que se põe em evidência a presença do sujeito considerado suposto autor do fato conflituoso. Isso acontece a partir do depoimento de testemunhas ou de evidências objetiva e subjetivamente partilhadas na busca pela

verdade do fato.

Por fim, Misse (1999) denomina de sujeição criminal o momento no qual existe a seleção dos sujeitos que farão parte de uma categoria ou *tipo social*⁴ cujo caráter será considerado “propenso a cometer um crime” (MISSE, 1999, p. 01).

Nesse sentido, o reconhecimento do ato criminoso depende da batalha que se trava na sociedade e, sobretudo, nas subdivisões do sistema de justiça. No contexto da Justiça Criminal, a busca pela construção da verdade do fato conflituoso começa a partir do procedimento da queixa na delegacia.

O Boletim de Ocorrência (BO), produzido nas delegacias de polícia, é o primeiro documento construído pelo sistema que legitima as narrativas dos fatos conflituosos relatados pelas vítimas. É através do BO que a polícia oficializa uma queixa. Logo, podemos considerá-lo a primeira forma de um cidadão acessar a justiça, sendo que ele apresenta a versão inicial dos fatos que serão registrados pelas autoridades policiais.

No BO, podemos encontrar registros sobre a instituição policial (identificação da delegacia, identificação do escrivão, identificação do delegado) e com relação à vítima (nome, filiação, idade, endereço, instrução, sexo, cor, estado civil, naturalidade, nacionalidade, residência, profissão, número de documento de identidade); sobre o fato ocorrido também podemos encontrar registros (tipo penal, início, hora, local, área urbana ou rural, uso de armas, se o autor estava só ou acompanhado). Também no BO há itens que procuram identificar o autor do delito (nome, filiação, idade, endereço, instrução, sexo, cor, estado civil, naturalidade, nacionalidade, residência, profissão, número de documento de identidade). O Boletim de Ocorrência acompanha o Inquérito policial. É o primeiro documento que origina todo o procedimento de investigação por parte da polícia e, portanto, faz parte do processo criminal.

⁴ O autor utiliza a categoria “tipo social” grifada em seu texto.

O sistema de justiça criminal como fonte de pesquisa

Outro ponto a ser destacado refere-se ao preenchimento do item identificado como “Histórico”, no qual é registrado o relato da vítima sobre o acontecimento que lhe foi infligido. Nesse momento, a queixa é narrada pela vítima, mas é traduzida pelo escrivão, começando aqui, portanto, o primeiro momento de transposição do discurso sobre o crime/violência para um discurso “oficial”, o qual confere início ao processo de “tipificação” dos conflitos.

A ordem dos itens que compõem o BO, colocados aqui, pode variar, inclusive podem ser acrescentados outros ou excluídos alguns; a formatação estará de acordo com as normas das Secretarias de Segurança Pública Estaduais. É importante ressaltar que nem sempre as autoridades policiais procedem ao preenchimento de todos os itens, fato que acarreta prejuízo não só às vítimas e à investigação criminal – quando esta tem prosseguimento –, mas também à construção de pesquisas científicas (MAGGIE, 1992; VARGAS, 2004; COSTA, 2008). Por conseguinte, é um dado que precisa ser considerado pelo pesquisador.

Após a formulação da queixa no espaço da delegacia e do preenchimento do Boletim de Ocorrência, procede-se à abertura do Inquérito Policial. A inicialização desse documento está sujeita às diferentes tipificações de crime e envolve um aprofundamento do caso denunciado pelas vítimas, registrados e tipificados pela autoridade policial.

O Inquérito Policial (IP) constitui um procedimento preliminar, extrajudicial e preparatório para a ação penal, sendo considerado o início da persecução do crime. É um procedimento administrativo e informativo presidido por um Delegado de Polícia. O IP pode ser definido como “uma instrução provisória, preparatória, informativa, em que se colhem elementos por vezes difíceis de obter na instrução judiciária, como auto de flagrante, exames periciais, dentre outros” (MIRABETE, 2004, p. 82).

Nessa *peça*⁵ produzida pela Polícia Judiciária, encontra-se o depoimento da vítima, a oitiva⁶ de testemunhas e o interrogatório do acusado, além de laudos periciais e outras provas que podem ser recolhidas para a comprovação do fato denunciado. O IP é finalizado com o relatório do delegado encarregado do caso. Nesse documento, reescreve-se a história contada pelas vítimas, e são colocadas as conclusões sobre a investigação, através de um parecer geral dos fatos, indicando também a tipificação do crime.

O IP tem como função servir de base para a acusação no processo penal. A principal finalidade é reunir elementos suficientes de convicção que possibilitem ao Membro ministerial oferecer a denúncia ou ao ofendido realizar a queixa-crime. Esses elementos buscam comprovar a materialidade do fato, ou seja, a concretização do crime/violência que foi denunciado pela vítima, além dos indícios suficientes de autoria, possibilitando, assim, ao titular da ação penal, seja a mesma pública ou privada, ingressar em juízo.

Terminado o Inquérito policial, o mesmo é encaminhado ao Fórum e, imediatamente, devem ser abertas vistas ao promotor, que poderá: a) denunciar o crime; b) requerer o arquivamento⁷, o que ocorre quando a autoria é desconhecida, o fato é atípico e/ou não existe prova razoável do fato ou de sua autoria; c) o Promotor também poderá devolver o IP à autoridade policial que o presidiu solicitando novas diligências, que, nesse caso, considera imprescindíveis para o oferecimento da denúncia; d) a extinção da punibilidade é outro ponto que poderá ser requerido pelo/a promotor/a de justiça.

⁵ *Peça* é outra categoria utilizada na linguagem jurídica que se refere ao conjunto de documentos (interrogatórios, oitivas de testemunhas, laudos médicos, certidão de nascimento, certidão de óbito, entre outros) que formam o corpus do processo.

⁶ Oitiva é um termo técnico-jurídico que se refere ao momento em que as testemunhas de acusação ou de defesa são ouvidas, e seus discursos são registrados pelas autoridades do sistema de justiça criminal.

⁷ O arquivamento só poderá ser definido pelo/a Juiz/Juíza de direito; é função exclusiva dessa autoridade do Poder Judiciário.

O sistema de justiça criminal como fonte de pesquisa

Nesse sentido, um dos documentos que compõem o Processo Criminal produzido no Ministério Público é a Denúncia. O processo criminal só será aberto de fato se a denúncia feita pelo/a promotor/a for acatada pelo/a Juiz/Juíza de direito.

De acordo com o Artigo 41 do Código de Processo Penal, são requisitos da Denúncia: a) a exposição do fato (com informações referentes às circunstâncias, temporalidade em que o crime foi cometido, ou seja, toda a história do delito, além da relação de testemunhas); b) a qualificação do acusado; c) a classificação do crime e, quando necessário, o rol de testemunhas, se o crime denunciado depender de prova testemunhal. É importante destacar que existem crimes cuja ação penal é privada; nesses casos, a denúncia depende de quem tem qualidade para intentá-la (vítima ou seu representante legal). O documento produzido pelo Ministério Público é de suma importância para quem se propõe a investigar as fontes do Sistema de Justiça Criminal, pois, além de possibilitar o desenrolar da primeira narrativa do fato conflituoso relatado pela vítima à autoridade policial para o preenchimento do BO e do IP, também reúne a percepção do/a Promotor/a sobre os fatos, e possibilita maior compreensão acerca da posição e da relação de poder, as quais são, por sua vez, instituídas normativamente e legitimam a autoridade a se pronunciar sobre o caso pedindo ou não o prosseguimento do processo⁸.

Após a aceitação da denúncia que foi encaminhada pelo/a Promotor/a de Justiça ao/à Juiz/Juíza de direito, começa de fato o processo criminal.

No âmbito do judiciário, o juiz é incumbido de prover a regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos. Cabe ao mesmo proceder a instrução criminal ao receber a denúncia do Ministério Público, citar o réu e designar o dia e a hora em que irá proceder o interrogatório (COSTA, 2008, p. 93).

⁸ Ver FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

O Código de Processo Penal estabelece que o juiz procederá a interrogatório do réu, podendo ser arroladas testemunhas pelo mesmo ou por seu defensor, que oferecerá alegações escritas. Essa fase, cumprida ou não, será acompanhada da inquirição das testemunhas de acusação e de defesa, devendo as de acusação ser ouvidas primeiramente. Após a oitiva das testemunhas, o Ministério Público e o réu têm um prazo de 24 horas para requererem diligências. Terminado o prazo, é aberto o período de vistas (três dias) dos autos para alegações do Ministério Público, da defensoria e do advogado do réu. Concluídos os prazos, o juiz pode finalizar os autos e iniciar a sentença, que, de acordo com o artigo 381 do CPP, tem como pontos: a) os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las; b) a exposição sucinta da acusação e da defesa; c) a indicação dos motivos dos fatos e do direito em que se funda a decisão; d) a indicação dos artigos de lei aplicados; e) o dispositivo; f) a data e a assinatura do Juiz. A sentença poderá ser absolutória ou condenatória, dependendo da compreensão do/a Juiz/Juíza sob a constituição do fato conflituoso em fato penal.

Findo todo o ritual⁹ de composição das peças processuais no Sistema de Justiça Criminal, é possível ter uma visão ampla acerca da relação entre Sistema de Justiça e atores sociais, cujo objetivo é a construção social do crime, transformando-o em fato tipificado como legal/jurídico. O processo criminal é construído a partir de procedimentos burocráticos entre três instituições com funções diferentes, mas que juntas trabalham para a pacificação dos conflitos. A comunicação entre elas dá conta do processamento de diversos crimes. Dessa maneira, as diversas peças processuais tornam-se documentos importantes para a pesquisa

⁹ Utilizo o termo “ritual de composição” para designar todas as fases e instituições necessárias à construção do processo criminal, com suas semelhanças e diferenças.

O sistema de justiça criminal como fonte de pesquisa

científica, pois evidenciam os conflitos presentes na sociedade e sustentam uma lógica ordenadora que norteia os comportamentos conforme as identidades sociais. Segundo Maggie (1992, p. 49), “o que está no processo, está no mundo”.

No entanto, é prudente que o pesquisador de fontes documentais oficiais, como os processos, fique atento às questões relacionadas ao poder e à interpretação e que se lembre de que os processos são documentos históricos e oficiais e que, por isso, podem conter toda a concepção ideológica do Estado. Sendo assim, é importante treinar o olhar em relação aos documentos e aguçá-lo, principalmente, o poder de interpretação, na medida em que se trabalha com a palavra escrita que permeia a relação paradoxal existente entre o fato real e a construção social em torno do mesmo.

Este artigo pode e deve ser lido em conjunto com o texto **Para pensar as fontes judiciais: entre permanências e mudanças**, publicado neste mesmo caderno e de autoria de Claudia Nichnig. O trabalho explica como devem ser utilizadas as fontes judiciais numa perspectiva da História e da Antropologia, da mesma forma como aborda as mudanças referentes à informatização da justiça no Brasil.

Referências Bibliográficas

ANGHER, Anne. J. **Vade Mecum Acadêmico de Direito**: Código de Processo Penal. 2 ed. São Paulo: Rideel, 2005 (pp. 449-525).

CORRÊA, Mariza. **Morte em Família**: representações jurídicas de papéis sociais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Patrícia. R. S. M. **Entre o Fato e a Lei**: representação, justiça e gênero no crime de estupro. Guarapari: Ex Libris, 2008

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

KANT DE LIMA, Roberto. “Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de

conflitos no espaço público”. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n 13, 1999 (pp. 23-38).

MAGGIE, Y. **Medo do Feitiço**: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992

MIRABETE, Júlio. F. **Processo Penal**. 16 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004 (pp. 82).

MISSE, Michel. **Sobre a Construção Social do Crime no Brasil: esboço de uma interpretação**. 1999. Disponível em <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/publicações/2005>. Acesso em 05 de junho de 2005.

OLIVEIRA, Fabiana. L; SILVA, Virgínia. F. “Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação”. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 7, 2005 (pp.244-259).

VARGAS. Joana. D. **Estupro: que justiça?** Fluxo do funcionamento e análise do tempo de justiça criminal para o crime de estupro. Tese de Doutorado em Sociologia – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2004.

VIEIRA, Miriam. S. **Universo legal em ato**: a construção de categorias jurídicas em torno do crime sexual. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2007.

CAPÍTULO 3
Metodologia para estudar fontes judiciais

Claudia Regina Nichnig

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA PARA ESTUDAR FONTES JUDICIAIS

Claudia Regina Nichinig¹

As fontes judiciais são importantes fontes de pesquisa, pois possibilitam aos pesquisadores perceber e explorar diversos aspectos a respeito de algum objeto de pesquisa que envolva a intermediação do campo jurídico. Explicamos, neste texto, como estas fontes podem ser utilizadas por pesquisadores, principalmente de áreas de Ciências Humanas, como a História e as Ciências Sociais, e as possibilidades que se anunciam diante da informatização da justiça brasileira.

As fontes judiciais podem ser os processos judiciais. Após sua finalização, podem ser objetos de pesquisa nos arquivos judiciais as decisões judiciais ou os resumos dos julgamentos disponíveis na internet. Primeiramente, cumpre ressaltar que a utilização da justiça e das fontes judiciais como fonte de pesquisa permite, através da análise interdisciplinar, superar a distância entre o direito² e as relações sociais, em uma sociedade em constante transformação. Desta forma, a análise das decisões que afetam os direitos dos sujeitos conduz às relações entre as práticas e os anseios daqueles que buscam o judiciário.

A análise das teias de relações existentes entre as deci-

¹ Cláudia Regina Nichinig, mestre e graduada em História pela mesma universidade, advogada, bacharel em Direito (Universidade do Vale do Itajaí), especialista em Direito do Trabalho (Universidade do Vale do Itajaí) e em Direito Civil (Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina) e aluna do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (Universidade Federal de Santa Catarina).

² Teóricos do direito civil, como Luiz Edson Fachin (2003), enfatizam o estudo das legislações e das jurisprudências relacionadas às relações de família, englobando a união civil entre pessoas do mesmo sexo, a partir de uma análise interdisciplinar, e reiterando a necessidade do estudo do direito articulado com outros domínios do conhecimento, como antropologia, história, psicologia, etc.

sões, as práticas e os discursos de sujeitos que buscam o reconhecimento de seus direitos no judiciário poderá ser realizada a partir dos ensinamentos de Michel Foucault (2005)³, que entende a história como a construção e o desenvolvimento de discursos, analisando a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Para Foucault, o discurso exerce fortemente seus poderes quando se trata de sexualidade e política. Nesta ótica, é latente a ligação do discurso com o desejo e o poder (FOUCAULT, 1998). Neste sentido, a reflexão de Michel Foucault se mostrou imprescindível para pensar o direito não como uma essência, como o faz crer o ensinamento jurídico distanciado de um pensamento histórico, mas profundamente marcado pela historicidade (FONSECA, 2002, p. 34). Foucault se debruçou sobre as fontes judiciais, afirmando serem estas formas de definição de subjetividade que se modificam durante o processo histórico:

Práticas judiciárias - maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função de erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quisessem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar através da história - me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas (FOUCAULT, 2005, p. 11).

Judith Butler (2003), ao ler Foucault, analisa os sistemas jurídicos como reguladores dos sujeitos “em termos puramente negativos – isto é, por meio de limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo ‘proteção’ dos indivíduos relacionados àquela estrutura política” (BUTLER, 2003, p. 18). O poder legislativo, atra-

³ Foucault propõe a análise dos discursos como estratégia e traz como exemplo o estudo da “história das práticas judiciárias”, que poderia aproximar-se de uma “análise num contexto histórico mais real”.

vés das leis, visa a proibir, regulamentar e controlar práticas, muitas vezes sob o manto da proteção. Apesar disso, os sujeitos resistem a este poder do Estado e buscam por direitos no judiciário, o que se traduz em uma forma de resistência destes sujeitos, que de alguma forma se insurgem contra estas formas de limitações do poder pelo Estado, representado aqui pelo poder judiciário.

Cristina Scheibe Wolff, em seu artigo *Fontes Judiciais e prostituição: perspectivas a partir de Cruzeiro do Sul - Acre*, afirma que as fontes judiciais possibilitaram analisar a realidade da prostituição e da sexualidade do Brasil dos anos de 1905 a 1945, período estudado por ela. Assim, segundo a historiadora, estas fontes “abrem janelas para observarmos de perto todo um universo de atividades, sentimentos e de vidas” (SCHEIBE WOLFF, 2007, p. 17). O trabalho de Gabrielle Houbre (2007) afirma, da mesma forma, que os arquivos da chefatura de polícia de Paris criam a possibilidade de se escrever a história de mulheres excluídas, como as prostitutas e suas práticas comerciais e sexuais.

Assim como nos mostra Houbre (ibid.) em seu texto, nem sempre são críveis as fontes policiais e judiciais, pois há uma vontade destes órgãos pela produção e manutenção destas fontes. Da mesma forma, no contexto brasileiro também podemos observar o mesmo fenômeno, qual seja, o de que as discussões que adentram ao judiciário passam por diversos crivos: das partes que optam ou não por este meio de resolução dos conflitos, pelos advogados e advogadas, do próprio poder judiciário. Na esfera policial, este crivo se faz mais visível, pois são estes que impulsionam os processos na esfera administrativa. Mas, mesmo que estas falas passem por filtros, ainda assim podemos chegar muito próximo destes sujeitos e de suas demandas. Para isso, é interessante também utilizar a fonte judicial cotejando-a com outras fontes de pesquisas, como, por exemplo, entrevistas, jornais, registros médicos, etnografia, etc. Como utilizar a fonte judicial?

Deve-se observar as inúmeras intervenções das partes en-

Metodologia para estudar fontes judiciais

volvidas no processo, como:

- a) petições iniciais, que dão início aos processos pessoalmente, ou através de seus advogados;
- c) contestações, que são as defesas dos réus;
- d) ata de audiências;
- e) réplicas às contestações;
- f) recursos, contrarrazões de recursos.

Todos estes itens são formas de insurgência dos autores e autoras, réus e rés, que, através de seus advogados e advogadas, fazem emergir seus discursos. Além da fala dos advogados e advogadas, a participação dos sujeitos envolvidos também se faz presente por seus depoimentos, prestados na esfera policial ou judicial, em que, na realização das audiências, o juiz reduz a termo as audiências, o que foi dito pelas partes e por suas testemunhas, em defesa ou contra o direito que se pretende provar.

Ademais, os processos judiciais nos possibilitam observar as práticas dos serventuários da justiça, que atuam realizando atas, realizando pequenas decisões e determinando atos no processo.

Sobretudo através dos discursos dos advogados e advogadas é que as partes se fazem ouvir, muitas vezes utilizando de subterfúgios, e outras carregando o discurso com suas intenções e parcialidade – as partes são, portanto, os principais atores e atrizes dentro do processo judicial. Já as promotoras e os promotores públicos são os encarregados em defender os menores de 18 anos e portadores de necessidades especiais, estando presentes principalmente nos processos de família, por exemplo.

A análise das decisões dos juízes e juízas nos possibilita observar o processo resumidamente através das conclusões elaboradas por esses atores, que, ao final do processo, decidem segundo sua convicção e de acordo com as provas produzidas e apresentadas pelas partes no processo. Assim, estas decisões

muitas vezes estão imbuídas de subjetividade, fazendo com que observemos os juízos de valor destes membros do judiciário.

Entre descobertas, confirmações e surpresas: a diversidade de temáticas a serem pesquisadas nos processos

A Justiça Brasileira, que é chamada de jurisdição, divide-se em Jurisdição Comum⁴ e Jurisdição Especial⁵. Na jurisdição comum, podem ser observados os processos cíveis e criminais, tanto na esfera do Estado e dos distritos, como no âmbito federal.

Na área cível e criminal, os pesquisadores buscam, na sua maioria, os processos cíveis e criminais que percorrem a justiça dos Estados brasileiros, que é composto pelos fóruns das cidades⁶ e pelos Tribunais de Justiça. Os processos cíveis podem trazer a discussão de inúmeras temáticas. Os processos que percorrem as varas de família, como, por exemplo, os processos de divórcio, separação consensual e litigiosa, processos de alimentos, processos de investigação de paternidade e os processos de interdição, podem fazer emergir inúmeras discussões sobre constituição familiar, relações interpessoais que disputam bens adquiridos pelo casal e direito sobre os filhos. Como exemplo de teses nesta área, é importante destacar a pesquisa de Rosa Maria Rodrigues de Oliveira (2009), que analisou os processos cíveis, no âmbito do di-

⁴ A jurisdição comum divide-se em civil e penal, sendo inclusas na área civil as demandas de natureza comercial, previdenciária e administrativa. A chamada Jurisdição Comum possui âmbito de atuação nas esferas federal, estadual e distrital.

⁵ A Jurisdição Especial divide-se em trabalhista, militar e eleitoral.

⁶ A justiça divide os Estados brasileiros em comarcas, que podem corresponder ou não ao território de um município. Esta divisão administrativa visa a organizar a justiça. Sob aquela área delimitada para a comarca, aquela juíza ou juiz designado exerce a sua jurisdição, que se estende sob todo o limite da comarca. Os juízes são considerados "órgãos de administração da justiça". A jurisdição se dá a partir do Estado, que divide sua atuação em três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Este último se intitula o detentor do monopólio da atividade jurisdicional, atribuída ao Poder Judiciário nos termos do artigo 5, XXXV da Constituição Federal.

reito de família, principalmente que buscam o reconhecimento das uniões homoafetivas como entidade familiar. Também nesta seara, temos os processos de inventário, em que é possível observar, por exemplo, a divisão dos bens entre os filhos, principalmente as discussões que permeiam as relações de família.

Já na área criminal, inúmeras pesquisas analisaram os processos judiciais criminais para observar não somente os crimes e suas vítimas, mas os relacionamentos amorosos, as relações entre pais e filhos, as lições de paternidade e maternidade, as relações entre vizinhos e/ou vizinhas, os comportamentos sociais de um modo geral, as exclusões, as construções de modelos para mulheres e homens, etc. Podemos destacar os trabalhos de Cristina Scheibe Wolff (1999), Eva Gravon (2008) e Patricia Costa (2008), que utilizaram processos criminais para estudar as mulheres e as relações de gênero.

Em se tratando de pesquisas sobre questões de gênero⁷ a partir das fontes judiciais, destaco, na área da História, o trabalho Sidney Schaloub (2001), que, ao analisar os relacionamentos dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*, observa, através dos processos judiciais e da imprensa da época, que são as condutas das vítimas que são analisadas e não as dos réus. Também devo fazer referência ao trabalho emblemático da antropóloga Mariza Corrêa (1983), que estuda as representações judiciais de papéis sexuais a partir da análise de processos criminais de homicídios passionais.

Especificamente quanto à temática do aborto, os proces-

⁷ A pesquisa que utiliza o gênero como categoria de análise utiliza fontes de pesquisa que possibilitem dar voz aos sujeitos da história invisibilizados, como, por exemplo, as mulheres, que não eram visíveis em fontes oficiais, mas aparecem em registros policiais, cartórios, médicos, etc. O estudo da história das mulheres é possibilitado na nova história social, que ampliou a pesquisa para novas fontes, bem como para novos sujeitos, como as mulheres, ou seja, “pluralizou os objetos de investigação histórica, admitindo grupos sociais como camponeses, operários, professores e escravos” (SCOTT, 1992, p. 81).

so judiciais são imprescindíveis para pensar as práticas abortivas como uma maneira de o Estado intervir diretamente no corpo e na sexualidade das mulheres. As fontes judiciais que discutem a temática pretendem regulamentar as relações sexuais, atribuindo ao corpo feminino toda a moralidade, principalmente os deveres de fidelidade conjugal e a naturalização de práticas sexuais, com o fim exclusivo da reprodução humana. O aborto, portanto, foi utilizado como solução para uma gravidez indesejada, como prática costumeira para as brasileiras⁸. Pesquisa realizada sobre o aborto e infanticídio na cidade de Florianópolis aponta para a naturalização desta prática na cidade e no país como um todo, sendo que “as práticas de aborto e infanticídio foram e continuam a ser encontradas no século XX; registrados em ocorrências policiais em notícias de jornal e em processos judiciais” (PEDRO, 2003, p. 20-21). Os processos judiciais que discutem o aborto são também atualizados como forma de perceber não somente uma forma de regulamentação da sexualidade feminina, mas como uma forma de impedir as mulheres de exercer livremente sua sexualidade. Nesta temática, destaco os trabalhos de Joana Maria Pedro (2003) e da pesquisadora do NIGS Paula Pinhal de Carlos (2007).

Ainda na jurisdição especial, os processos judiciais da esfera trabalhista, que abordam as discussões em torno das trabalhadoras e trabalhadores, criam possibilidades para a discussão sobre as relações de trabalho no país. Como exemplo, destaco o meu trabalho de conclusão de curso que analisa estes processos (NICHNIG, 2003)⁹.

Dentro das fontes judiciais, estão incluídos também os pro-

⁸ Faço referência ao termo utilizado por Joana Maria Pedro (2003, p. 19), que entende prática costumeira como “aquelas sancionadas pelo costume, as quais passam despercebidas, e são toleradas e aceitas pela cultura na qual se inserem”.

⁹ Como exemplo, debruicei-me, em meu trabalho de conclusão de curso, sobre as questões de assédio sexual nas relações de trabalho, nos processos em que trabalhadoras buscavam indenização por dano moral, em virtude do assédio sofrido por seus empregadores ou superiores hierárquicos.

cessos administrativos, que não adentraram a esfera judicial. Chamo atenção para as pesquisas em arquivos policiais já noticiados. Ainda na esfera administrativa, abrem-se novas possibilidades à observação dos acordos realizados através da mediação e da arbitragem¹⁰, que é outra forma de resolução de conflitos, sem necessidade do processo judicial. A Lei Maria da Penha¹¹ prevê a criação de uma equipe de atendimento multidisciplinar nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar que poderá realizar a mediação entre os casais, visando à solução dos conflitos familiares. Vê-se aí uma nova gama de fontes a serem pesquisadas.

Mas onde devemos procurá-los?

O processo como fonte: novos e velhos locais de pesquisa

Estes processos estão disponíveis em arquivos públicos. Entretanto, pesquisar em arquivos não é tão simples, pois, além da precariedade dos arquivos judiciais no Brasil, existe a possibilidade de estes processos serem incinerados pelo próprio poder judiciário, diante do alto custo de manutenção e da impossibilidade de armazenamento. Assim, somente parte destes processos, considerada de interesse público e histórico, é mantida pelo Estado em arquivos públicos¹².

¹⁰ A mediação e a arbitragem estão disciplinadas no Brasil através da Lei n.º 9.307/96. Na mediação, as partes resolveram suas contendas de comum acordo, sendo estabelecido por elas um terceiro, chamado de mediador, que decidirá sobre a questão e exerce atividade jurisdicional.

¹¹ Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde. Brasil. Lei 11340, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 10 abr. 2009.

¹² De acordo com a redação do artigo 1215 do Código de Processo Civil, que vigorou até o ano de 1975, havia a permissão de eliminação de processos, que foi alterado pela lei 6.246/75. Atualmente, a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, assim estabelece em seu artigo 25, que depende de regulamentação: Ficará sujeito à responsabi-

Mas, apesar da pouca importância que se dá no país para estas fontes judiciais, existe a possibilidade de pesquisa dos processos na web. As pesquisadoras Rosa Maria Rodrigues de Oliveira, já citada neste artigo, e Miriam Pillar Grossi já fizeram uso desta fonte de pesquisa. Atualmente, todos os fóruns, os tribunais dos Estados e os tribunais superiores brasileiros dispõem seus processos na internet, com consulta disponível para todos aqueles que se interessam pela pesquisa. Principalmente nos Tribunais de Justiça, as decisões de segundo grau estão disponíveis para consulta e compõem um importante banco de dados para a investigação social.

A informatização do judiciário brasileiro é um processo crescente. Atualmente existem processos inteiramente virtuais, em que não há a impressão de uma folha de papel sequer: todas as peças do processo estão disponíveis na web, e todos os documentos juntados aos autos do processo devem ser escaneados. Esta é uma realidade na justiça federal, nos juizados especiais cíveis e criminais de grande parte das cidades brasileiras, mas também está sendo implantado em outros tribunais brasileiros.

A internet representa uma nova possibilidade de pesquisa para aqueles que estão dispostos a mergulhar nas fontes judiciais. Alguns pesquisadores podem questionar suas facilidades ou suas fragilidades, mas este é praticamente um caminho sem volta. Quem buscar realizar pesquisas que priorizem os processos judiciais como fonte de pesquisa cada vez mais terá de pesquisar na web e não mais em arquivos públicos.

Os principais sites de pesquisa em relação aos processos que tramitam ou tramitam no Estado de Santa Catarina são o do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (www.tj.sc).

lidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social. Brasil. Lei 8159, de 08 de janeiro de 1991. Disponível em: <www.planalto.gov.br.> Acesso em: 10 abr. 2009.

gov.br); o da Justiça Federal do Estado de Santa Catarina (www.jfsc.gov.br); o do Tribunal Regional Federal da 4 Região (www.trf4.gov.br); o do Tribunal Regional do Trabalho da 12 Região (www.trt12.gov.br); o do Tribunal Superior de Justiça (www.stj.gov.br), o do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.gov.br) e o do Superior Tribunal Federal (www.stf.gov.br). Em todos os sites informados, há um ícone de pesquisa chamado “jurisprudência”, em que os tribunais armazenam um conjunto de decisões que podem ser objeto de pesquisa.

Mais do que possibilidades, as fontes judiciais nos permitiram observar aquelas relações que são distanciadas e deixadas apenas para a leitura daqueles que são os “interessados” nos processos. Entretanto, os pesquisadores e pesquisadoras que procuram os empoeirados arquivos ou as páginas da internet estão em busca de fontes de pesquisa que podem possibilitar um olhar sob as relações sociais a partir de inúmeros matizes. Desejo a todas e a todos uma boa pesquisa!

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith R. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARLOS, Paula Pinhal de. **Aborto por grave anomalia fetal: discursos jurídicos acerca da gestante**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque**. 2 ed. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Patricia Rosalba Salvador Moura. **Entre o fato e a lei: representação, justiça e gênero no crime de estupro**. Guarapari-ES: Exlibris, 2008.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito de família: elementos críticos à luz do novo código civil brasileiro**. 2 ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o Direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005 [Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais].

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

GAVRON, Eva Lúcia. **Dramas e danos**: estudo das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2008. Orientador: Cristina Scheibe Wolff.

HOUBRE, Gabrielle. "A prostituição clandestina através dos arquivos da polícia de costume". In: **Revista Esboços**, UFSC, n. 17, 2007 (pp. 197-218).

NICHNIG, Cláudia Regina. **Assédio sexual**: o uso do discurso do poder nas relações de trabalho 1996 a 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2003. Orientadora: Cristina Scheibe Wolf.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. **Isto é contra a natureza?** Decisões e Discursos sobre conjugalidades homoeróticas em Tribunais Brasileiros. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2009. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

PEDRO, Joana Maria (org.). **Práticas Proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no Século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

SCOTT, Joan. "História das Mulheres". In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

WOLFF, C. S. **Mulheres da Floresta**: uma história. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CAPÍTULO 4

Banco de dados para estudar a violência na imprensa brasileira

Miriam Pillar Grossi (UFSC)
Tânia Montoro (UnB)
Nívio Caixeta do Nascimento
Raquel Wiggers
Juliana Cavilha Mendes

Um breve adendo sobre a reedição...

Antes de ser lido, o artigo que publicamos a seguir carece de alguns esclarecimentos e de algumas contextualizações.

Fruto de uma reflexão coletiva acerca do planejamento, dos impasses e das escolhas metodológicas de uma pesquisa sobre antropologia das violências, o texto foi produzido a dez mãos, no ano de 1996. Tratava-se de uma proposta de construção de um banco de dados a partir de material produzido pela mídia impressa, coletado para fins de pesquisa, como parte de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, no qual foram envolvidas equipes da UFSC e UnB. Assim sendo, o texto propõe um modelo de catalogação, organização e análise de notícias referentes a violências.

Ao longo desses 15 anos que separam sua primeira edição desta publicação em forma de *Cadernos NIGS*, as jovens autoras à época bolsistas “cresceram”, assim como o campo teórico à luz do qual se produziram tais reflexões acabou por densificar-se e ampliar-se. Da mesma forma, ainda, as categorias jurídicas em que se amparou o artigo sofreram alterações conceituais, fruto de debates empreendidos pela academia e pelos movimentos sociais.

Entretanto, a metodologia nele proposta tem sido utilizada permanentemente por diferentes gerações que integram o NIGS sob a tarefa de classificar materiais oriundos de jornais e de revistas atinentes às temáticas trabalhadas pelo grupo de pesquisa. As dificuldades de sistematização de materiais de campo e as perguntas e respostas que emergem quando o campo são os documentos – descritas neste artigo – constituem pontos de discussão e de reflexão na antropologia de hoje bem como na antropologia de uma década atrás. Por se tratar de um documento já histórico, que tem circulado apenas na forma de fotocópias, publicamos este artigo nesta coletânea.

CAPÍTULO 4

BANCO DE DADOS PARA ESTUDAR A VIOLÊNCIA NA IMPREENSA BRASILEIRA

Miriam Pillar Grossi (UFSC) com Tânia Montoro (UnB),
Nívio Caixeta do Nascimento, Raquel Wiggers
e Juliana Cavilha Mendes¹

Introdução²

Buscamos escrever aqui um artigo de cunho metodológico a fim de ilustrar como construímos um banco de dados informatizado para analisar a problemática da violência na imprensa escrita. Quando iniciamos esta pesquisa, não tínhamos modelo algum que nos permitisse classificar o vasto material que recortamos cotidianamente de quatro jornais brasileiros de grande circulação: Jornal do Brasil (RJ), Folha de São Paulo (SP), Correio Brasiliense (DF) e Zero Hora (RS).

Este Banco de Dados foi fruto de uma pesquisa realizada conjuntamente por duas instituições: o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade, da Universidade Federal de Santa Catarina, e o Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Mulher (NE-PEM), da Universidade de Brasília. Para realizá-la, contamos com o apoio institucional do CNPq, na forma de recursos para a aquisição de equipamentos informáticos e de bolsas de aperfeiçoamen-

¹ À época, bolsistas respectivamente do Projeto *Existe uma Antropologia da Violência?* - *Análise comparativa entre a violência contra a mulher e contra grupos minoritários*, CNPQ (1994/96), e do PIBIC/UFSC (1995/96), coordenado por Miriam Grossi. Em 2010, Juliana Cavilha, Raquel Wiggers e Nívio Caixeta já são doutores e atuam em diferentes instituições de ensino e pesquisa. Na etapa desenvolvida em 1996 na UnB, sob coordenação de Tânia Montoro, contou-se com o apoio das então bolsistas Raquel Reis, Sara Macedo, Júlio Lopes e Adriana Lopes do PIBIC/UnB.

² Agradecemos a Fernanda Cardozo e a Patricia Rosalba Salvador Moura Costa o trabalho de revisão e de atualização de algumas informações do artigo de 1996.

to e de iniciação científica. Esta pesquisa foi parte de dois projetos: um coordenado por Miriam Grossi, na UFSC, intitulado *Existe uma Antropologia da Violência?*; e outro coordenado por Tânia Montoro, da UnB. A ideia de articulá-los em um projeto integrado de pesquisa surgiu no primeiro semestre de 1995, quando nos encontramos no Núcleo de Estudos da Mulher, da UnB. Naquele momento, Miriam Grossi encontrava-se como professora visitante junto ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília para, entre outras atividades, colaborar com o projeto integrado de pesquisa desenvolvido pelo NEPEM intitulado *Violência contra as mulheres no Distrito Federal*³. Devido a nossas filiações disciplinares respectivas, Antropologia e Comunicação, esta pesquisa teve um caráter fortemente interdisciplinar em todas as suas etapas de realização. A possibilidade deste diálogo, que se estendeu ao longo de quase dois anos (1995/1996), foi extremamente gratificante e resultou, entre outros, num seminário interinstitucional que congregou os alunos pesquisadores das duas instituições em junho de 1996, do qual surgiu a ideia de elaborar este artigo coletivo⁴.

Constatamos, desde o início desta investigação, que, apesar do grande interesse de vários pesquisadores em estudar a relação dos meios de comunicação com a violência no Brasil, ine-

³ Do qual resultou o livro organizado por Mireya Suarez e Lourdes Bandeira, *Violência Gênero e Crime no Distrito Federal*, Brasília, Editora da UnB/Paralelo 15, 1999. O diálogo com Lourdes Bandeira, do Departamento de Sociologia da UnB, foi fundamental tanto no aprimoramento de nossas classificações, quanto no enriquecimento do debate entre profissionais da Antropologia, da Comunicação e da Sociologia.

⁴ Um primeiro esboço deste texto, que contemplava a descrição das categorias utilizadas, foi escrito por Raquel Wiggers e Juliana C. Mendes Losso, da UFSC. A segunda versão descritiva das categorias foi elaborada por Nívio **Caixeta do Nascimento**, da UnB. O texto final foi escrito por Miriam Pillar Grossi em Paris, durante estágio de pós-doutorado junto ao Laboratoire d'Anthropologie Sociale em 1996-1998, a partir de intenso diálogo com Tânia Montoro, que, à época de finalização do artigo, realizava doutorado em Barcelona. Além do apoio inicial do CNPq, somos gratas, particularmente, à CAPES, que financiou respectivamente nosso pós-doutorado e doutorado no exterior.

xistiam referências bibliográficas a respeito de modelos metodológicos de classificação e análise de artigos de jornais. Por isso, com a criação deste banco de dados, buscamos contemplar dois objetivos: catalogar o vasto material de nossa pesquisa e criar um instrumento de investigação que pudesse ser utilizado por outros pesquisadores interessados na problemática da violência na mídia.

O projeto inicial incluía tanto a catalogação e análise de artigos de jornais que abordassem a questão da violência na imprensa quanto de programas de televisão que abordassem esta questão (jornais televisivos, grandes reportagens, publicidade, novelas e programas interativos, etc.). Num primeiro momento, em março de 1995, com a colaboração do então bolsista Nívio Nascimento, centramos nossos esforços na catalogação e análise do material impresso que estava ao nosso alcance, deixando os programas de televisão para outra etapa da pesquisa. Colocamo-nos a pensar em quais seriam os jornais a serem investigados e em como iríamos organizar e fazer uma primeira classificação desses vários artigos, para que estes se tornassem acessíveis no momento da análise.

Decidimos que faríamos um banco de dados experimental, o qual seria alimentado pelos quatro jornais de grande circulação nacional (Folha de São Paulo e Jornal do Brasil, Correio Brasiliense e Zero Hora). Escolhemos estes jornais por sua importância no cenário nacional e por serem representativos da imprensa produzida em quatro grandes capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre, lugares onde se considera que há mais violência do que em pequenas capitais e cidades do interior do país.

Procedemos, então, ao recorte sistemático dos artigos que tocassem a problemática da violência em diferentes sessões dos jornais (policia, cotidiano, cartas, editorial, opinião, cultura) e delimitamos nossa amostra em artigos referentes a situações de vio-

lência que tivessem ocorrido no Brasil⁵.

Com este material em mãos e após inúmeras conversas e reflexões sobre os objetivos de nossa pesquisa, o à época bolsista Nívio Nascimento elaborou um modelo informático para a classificação deste material, a partir do programa ACCESS. Num segundo momento, a partir de setembro de 1995, outros bolsistas passaram a integrar nossa equipe de investigação a fim de classificar todo o material que havia sido recortado anteriormente. Nesta segunda etapa, as então bolsistas do Núcleo de Gênero e Subjetividade da UFSC, Raquel Wiggers e Juliana Cavilha Mendes, elaboraram um “dicionário” que permitisse aos usuários deste banco de dados uma maior clareza no uso das tipologias e propuseram o desdobramento e a ampliação das categorias de violência, a partir de inúmeras reflexões de nossa equipe⁶.

Passamos por várias dificuldades no processo de elaboração do banco de dados, o que nos tomou mais de três meses até que sua forma estivesse totalmente pronta. Isso atrasou bastante o trabalho de classificação propriamente dito; mas, por outro lado,

⁵ Uma única exceção em relação a nosso recorte analítico foram as referências ao filme *Pulp Fiction*, que estava em cartaz em várias capitais brasileiras no momento de nossa pesquisa e provocou um intenso debate entre intelectuais e críticos de cinema nas páginas de cultura de um dos jornais que estávamos estudando, o *Zero Hora*. A inclusão deste debate em nosso corpus de estudo nos pareceu importante, uma vez que ele refletia um tipo de preocupação bastante presente em diferentes análises sobre a problemática estudada a respeito da influência da mídia no aumento da violência, da mesma forma que vários artigos produzidos para os cadernos de cultura que tratam de filmes, vídeos, jogos, teatro, etc., representados como violentos. Descartamos notícias de violência ocorridas fora do Brasil, como guerras em outras partes do planeta. Mantivemos, no entanto, em nosso banco de dados, notícias envolvendo personagens brasileiros no exterior, como o caso da freira brasileira presa na Bósnia ou o da brasileira violentada e assassinada no Central Park, em Nova York.

⁶ No segundo semestre de 1995, a equipe de pesquisa do Núcleo de Gênero e Subjetividade do Laboratório de Antropologia da UFSC reuniu-se regularmente em seminários em torno do tema Gênero e Violência. Agradecemos a colaboração, o questionamento e as sugestões dos pesquisadores da equipe Ângela Sacchi, Dalia Lindgren, Eneléo Silva, Euthália Xavier, Flávia Motta, Roseli Buffon, assim como Luciani Silva, que nos ajudou na catalogação dos artigos do jornal.

se esse trabalho de pesquisa fosse feito sem o auxílio do computador, certamente se teria tornado muito mais difícil e muito menos preciso. Em vez de o pesquisador debruçar-se sobre urna pilha de jornais como era feito em outros tempos, ele pode acessar os dados de forma rápida e segura sem correr os riscos de falhas de memória. Pensamos que essa experiência pode servir de referência a outros pesquisadores que venham a utilizar o banco de dados na pesquisa antropológica e que, se possível, este modelo possa ser adotado por outros núcleos de pesquisa interessados na questão da violência.

Evidentemente, todas as etapas desta investigação foram acompanhadas de leituras e de seminários que nos permitiram delimitar gradualmente um recorte teórico que contemplasse nossas hipóteses a respeito do papel da mídia na construção e na reprodução de discursos sociais sobre a violência no Brasil. Este pano de fundo teórico foi central para a delimitação daquilo que classificamos como “tipos” de violência.

Apresentamos aqui a forma final deste banco de dados, mostrando ao leitor quais foram as etapas pelas quais passamos e as discussões teóricas que nos levaram a este modelo final. Este resultado deve ser entendido como fruto de um esforço coletivo de nossa equipe de pesquisa para o aprofundamento dos estudos sobre a questão da violência no Brasil contemporâneo. No final, em texto em anexo temos o modelo de nosso banco de dados e damos algumas explicações de ordem prática para aqueles que desejarem utilizar este banco de dados.

O Banco de Dados

Nosso Banco de Dados, intitulado Mídia e Violência, foi feito a partir do programa ACCESS e se compõe de um diretório no qual temos 15 entradas, como é possível observar no quadro abaixo:

QUADRO I - Modelo do Banco de Dados

1. Identificação (ID)
2. Data de Publicação
3. Setor do Jornal
4. Página
6. Ilustração
7. Lugar no Jornal
8. Emissor
9. Categoria
10. Tipologia
11. Cenário
12. Personagens
13. Cidade
14. Caso
15. Observações

Para fins analíticos, dividimos estes dados em 3 campos. Nosso objetivo no primeiro campo, que chamamos de IDENTIFICAÇÃO, é o de verificar como a violência é tratada em cada jornal estudado a partir da forma como a notícia aparece, quais os lugares no jornal onde ela encontra espaço e quem são os principais emissores que estão produzindo esses discursos. No segundo campo, buscamos QUALIFICAR a violência a partir da forma como a imprensa escrita a notícia. Para tanto, criamos 2 itens: *categorias* e *tipologias*. O terceiro campo de nosso banco de dados busca reconstruir diferentes CENAS DE VIOLÊNCIA a partir dos seguintes itens: cenário, personagens, cidade onde ocorreu e caso. Vejamos abaixo mais em detalhe como organizamos estes três campos.

1. Identificação da notícia

No quadro abaixo, mostramos os dados que nos pareceram importantes para a IDENTIFICAÇÃO da notícia, com alguns exemplos de palavras-chave utilizadas em nosso banco de dados, que estão entre parênteses. A seguir, descrevemos em detalhes como preenchemos cada um destes itens, qual a finalidade de cada um deles e alguns procedimentos teórico-metodológicos utilizados.

QUADRO II - Identificação da notícia

ID
Data de publicação
Setor do jornal (capa, contracapa, etc.)
Página
Título do artigo (manchete, título, nota, chamada)
Ilustração (ilustração, foto, charge)
Lugar no jornal (editorial, cartas, opinião, polícia, cultura, etc.)
Emissor (editorialista, repórter, crítico, intelectual, político, etc.)

ID é o número de entrada que se destina a identificar a entrada do artigo no banco de dados de um dos quatro jornais. Todos os artigos estão numerados a partir do primeiro dia do mês de março de 1995. Ao fazer uma consulta sobre determinados artigos, o programa fornece esses ID's e o nome jornal em que foram publicados. O usuário vai, então, aos arquivos nos quais estão catalogados esses artigos e procura o ID, podendo, assim, manusear os textos.

A *DATA DE PUBLICAÇÃO* serve para localizar o dia no qual o artigo foi publicado.

SETOR DO JORNAL é o campo destinado a indicar em que setor do jornal o artigo se encontra: capa, editorial, cotidiano, geral, cidade, polícia, cultura, etc. A denominação destes setores varia de acordo com cada jornal.

A *PÁGINA* serve para localizar mais rapidamente o artigo

no jornal. A ela acrescentamos também o número do caderno no qual foi publicado, quando é o caso. Constatamos que, em geral, o número da página – e eventualmente do caderno – nos permite localizar ao mesmo tempo o setor do jornal, uma vez que o número das páginas também é, via de regra, padronizado.

O *TÍTULO DO ARTIGO* propriamente dito é precedido, em nosso banco de dados, pela indicação da forma que ele toma no jornal, a qual pode ser de manchete, de título, de nota ou de chamada. A manchete é um título mais destacado que precede uma matéria sempre na primeira página; o título, por sua vez, precede em geral o artigo nas páginas internas do jornal; a nota é uma pequena matéria que não tem mais do que dois parágrafos e nunca é assinada, ao passo que a chamada é um pequeno texto na capa que resume matérias do interior do jornal.

ILUSTRAÇÃO é um item que preenchemos exclusivamente para as imagens de violência no jornal, as quais classificamos em 3 tipos: ilustração, foto ou charge. As ilustrações mais recorrentes são desenhos que propõem reconstituir o evento relatado na matéria, e as fotos geralmente são de “personagens” ou do local onde ocorreu o evento. As charges, imagens irônicas sobre um fato de grande repercussão, estão quase sempre num lugar específico em cada jornal, em geral na mesma página dos editoriais e/ou cartas de leitores.

O campo *LUGAR NO JORNAL* tem o objetivo de detectar que tipo específico de texto está sendo produzido. Observamos que existem diferenças marcantes entre, por exemplo, uma coluna assinada semanalmente e um editorial. Na coluna, temos um sujeito nitidamente marcado, que é sempre identificado – escritor, economista ou jornalista –, ao passo que no editorial o editor não fala apenas de suas próprias opiniões, mas, antes, sobre a posição da instituição do jornal ante algum assunto.

O campo *EMISSOR* é destinado à identificação de quem escreve sobre a violência. Nem sempre nos foi possível identificá-

lo, mas observamos que o lugar do jornal define também o tipo de emissor. No caso dos jornalistas, constatamos que o editorialista aparece seguidamente nos editoriais contra a violência, bem como o repórter que acompanha e relata casos em que houve violência, o crítico de cinema e/ou artistas que se pronunciam nas páginas de cultura. No que se refere a indivíduos vítimas de violência e/ou cidadãos, encontramos-os sobretudo no setor de cartas, da mesma forma que políticos, intelectuais e agentes da Justiça se manifestam regularmente nas páginas de opinião ou em entrevistas.

2. Qualificação das violências noticiadas

Na segunda parte do Banco de Dados, que denominamos de *QUALIFICAÇÃO* da notícia, buscamos verificar que situações e que formas toma a violência nas páginas dos jornais. Para tanto, criamos duas denominações: *CATEGORIAS* e *TIPOLOGIAS*. Por *CATEGORIAS*, entendemos grandes classificações de formas de violência: mulher/familiar/minorias, geral/política, urbana/no campo, criminalidade/sistema carcerário/policial, violência no Rio de Janeiro e violência e cultura. Por *TIPOLOGIAS*, classificamos a forma específica de cada situação de violência, buscando percebê-la a partir de infrações classificadas pelo Código Penal Brasileiro.

2.1 Categorias

Construímos, ao longo de nossa investigação, 12 categorias de violência, que refletem nossas inúmeras discussões teóricas em torno de nossas definições de violência. Iniciamos nossa pesquisa privilegiando as violências contra a mulher e contra grupos minoritários; mas, à medida que recortávamos artigos de jornal, fomos criando um vasto rol de violências, que explicamos detalhadamente abaixo.

2.1.1 Mulher, Família, Minorias

Casos de violências que envolvam mulheres, como, por exemplo, assassinatos, agressões, brigas, crimes passionais, entre outros, devem ser classificados na categoria *VIOLÊNCIA E MULHER*. Partimos da categoria “violência contra a mulher” compartilhando do princípio de que em geral as mulheres são “vítimas” de violência; mas, ao longo de nossa investigação, mudamos para “violência e mulher”, pois constatamos que há maior número de notícias e de situações de violência em que as mulheres são “agentes” e não somente “vítimas”, como, por exemplo, casos de homicídio do marido e brigas entre mulheres.

VIOLÊNCIA FAMILIAR é uma categoria destinada a situações de violência ocorridas no âmbito de relações de parentesco, envolvendo prioritariamente relações entre pais e filhos, crimes de parricídio e matricídio, vendetas entre parentes, etc.

A categoria *VIOLÊNCIA E MINORIAS* destina-se a englobar grupos “minoritários” étnicos, etários e sexuais. Aqui, incluímos grupos indígenas, negros, ciganos, crianças, velhos, homossexuais, travestis, etc. Apesar de compartilharmos das inúmeras críticas feitas tanto no âmbito das Ciências Sociais quanto no das lutas de diferentes movimentos sociais ao uso da categoria “minorias”, nós a utilizamos por considerá-la rentável nesta situação, uma vez que estas violências ainda eram, na época desta pesquisa, pouco noticiadas, reafirmando, portanto, as críticas à “invisibilidade” destas violências.

2.1.2 Geral e Política

A *VIOLÊNCIA GERAL* deve abarcar todos aqueles artigos que dão uma visão de que a violência parece ser um fenômeno amplo no mundo atual, não importando mais uma localidade ou

evento específicos, mas ideias de ordem geral, quando a violência é encarada como um fenômeno globalizante. Ideias do tipo “o nível de violência a que se chegou”, “a violência parece ter aumentado muito” ou “o mundo está se tornando cada vez mais violento” são frequentes nestes artigos. Ainda que geralmente partam de casos específicos, o que está realmente em questão é a “violência” como uma categoria mais ampla.

VIOLÊNCIA POLÍTICA foi uma categoria criada após vários incidentes envolvendo o então presidente Fernando Henrique Cardoso (tendo sido num deles inclusive apedrejado); mas ela não se restringe a incidentes envolvendo apenas o Presidente da República. Consideramos pertinentes também a esta categoria os artigos sobre casos que envolvam governantes e políticos em situações como corrupção, abuso de poder, chantagens, etc. Também incluímos aqui artigos sobre a repressão política, uma vez que, ao longo de todo o período de nossa investigação, esteve em discussão a lei de indenização a famílias de mortos e desaparecidos políticos durante o período da ditadura militar no país (tema que, aliás, continuou a ser discutido no governo seguinte).

2.1.3 Urbana e no Campo

No campo *VIOLÊNCIA URBANA*, entraram todos os casos que envolvam o contexto urbano, casos que só podem acontecer em cidades. Esta foi uma das categorias mais utilizadas em nosso banco de dados. Aqui temos como exemplos de “tipos” de violência mais frequentes os atropelamentos e mortes no trânsito, brigas em locais públicos, ações governamentais (segurança pública), agressões, chacinas, todos os tipos de assalto, protestos.

VIOLÊNCIA NO CAMPO ou violência rural foi uma categoria criada para abarcar os inúmeros casos de chacinas e assassinatos no campo envolvendo diferentes atores sociais, como camponeses e pequenos proprietários, grandes proprietários rurais, Pas-

Banco de dados para estudar a violência na imprensa brasileira

toral da Terra (CPT), Movimento dos Sem Terra (MST), grileiros, jagunços, etc. Da mesma forma, incluímos nesta categoria artigos relativos à questão da Reforma Agrária.

2.1.4 Sistema Carcerário, Policial e Criminalidade

VIOLÊNCIA E SISTEMA CARCERÁRIO foi uma categoria que nos serviu para colocar os inúmeros artigos sobre revoltas, rebeliões e motins em presídios e em cadeias que vinham ocorrendo regularmente em diferentes locais do país devido às péssimas condições na quais indivíduos condenados e suspeitos de crimes aguardando julgamento se encontram no Brasil. Também inserimos nesta categoria inúmeros artigos de opinião que associam a violência com o sistema carcerário, assim como proposições de novas leis relativas ao encarceramento.

Na categoria *VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE*, colocamos a maior parte dos crimes relatados nas páginas policiais de diferentes jornais: roubos, assaltos, sequestros, assassinatos, etc. A criação desta categoria envolveu toda a equipe, que resistia teoricamente contra a ideia de que pudesse haver crimes comuns, a-históricos e apolíticos. Acabamos considerando que era necessário, pelo menos no momento, criá-la para enquadrar todo tipo de crime que não pudesse fazer parte das outras categorias.

VIOLÊNCIA POLICIAL é uma categoria específica para as situações de violência envolvendo policiais em situações de abuso de poder, de agressões contra cidadãos em geral. Pareceu-nos necessário criar esta categoria uma vez que havia muitas notícias envolvendo os agentes da segurança pública neste tipo de situação.

2.1.5 Rio de Janeiro e Cultura

A categoria *VIOLÊNCIA NO RIO* foi criada durante o início

do processo de seleção de matérias nos jornais. A cidade do Rio de Janeiro, pelo menos em princípio, parecia ser um referencial básico para outros estados do país. Nos jornais de fora do Rio de Janeiro que estudamos, havia sempre notícias sobre o Rio de Janeiro, quando não existiam também páginas inteiras ou manchetes ligadas ao tema. As situações de violência que esta categoria inclui são bastante similares às que classificamos como violência urbana, com a grande diferença de que, pelo fato de terem ocorrido no Rio de Janeiro, serviam como polo comparativo em artigos de outros estados.

VIOLÊNCIA E CULTURA é uma categoria que se destina a todos os artigos que envolvam o cinema, o teatro, a literatura, a música, as artes plásticas, os videogames, assim como matérias de comportamento associadas a manifestações artísticas, como, por exemplo, situações de violência associadas a shows de rock ou a bailes funk.

2.2 Tipologias

As tipologias podem ser entendidas como atos passíveis de condenação criminal porque assim já o foram definidos legalmente ou em vias de se tornarem imputáveis por força e pressão de movimentos sociais de luta por cidadania. Para a construção da definição das tipologias que listamos abaixo, partimos da leitura do código penal brasileiro e confrontamos com este as definições semânticas dadas por alguns dicionários da língua portuguesa e pelo uso que encontrávamos destas categorias nos jornais estudados.

2.2.1 “Dicionário” de Tipologias de Violência

- **ABUSO**: termo utilizado na linguagem jurídica para expressar o excesso de poder ou de direito ou, ainda, mau uso ou má aplicação deste. Uso artificioso de meios ou ardis utilizado por alguém

Banco de dados para estudar a violência na imprensa brasileira

para iludir a boa fé de outrem. **ABUSO DE PODER:** Exorbitância dos poderes conferidos a alguém. Excesso de mandato. Exercício de atos não outorgados ou não expressos no mandato ou na procuração. Prática de atos que excedem as atribuições conferidas em lei ou que escapam à alçada funcional. **ABUSO SEXUAL:** Abuso que se refere a práticas ou a atos no plano da sexualidade. **ABUSO SEXUAL INFANTIL:** Idem a Abuso Sexual, mas com menores de idade.

- **AGRESSÃO:** Ato ou efeito de agredir, acometimento repentino e inesperado; provocação; insulto; ofensa; ataque; ferimentos: pancada. **AGRESSÃO (ou violação) aos DIREITOS HUMANOS:** Idem a Agressão no que se refere aos Direitos Humanos.

- **ALCOOLISMO INFANTIL:** Ato de beber em demasia antes da maioridade jurídica.

- **ALICIAMENTO (ou CORRUPÇÃO) DE MENORES:** Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de quatorze e menor de dezoito anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou a presenciá-lo (art. 218 do Código Penal).

- **ARRASTÃO:** Assaltos em massa, correrias e roubos, feitos por um grupo de indivíduos organizados momentaneamente. Normalmente ocorre em lugares de grande concentração de pessoas (praia, show, etc.).

- **ASSALTO:** Ataque inesperado por ladrões com a finalidade de roubo. **ASSALTO A BANCO:** Idem a assalto, só que direcionado a Banco.

- **ASSASSINATO:** Lê-se também homicídio; ato de matar alguém voluntária ou involuntariamente.

- **ASSÉDIO SEXUAL:** Insistência impertinente junto a alguém, com perguntas, propostas, pedidos, convites, etc., de cunho sexual. Geralmente ocorre em locais de trabalho ou em outras situações em que estão em jogo relações de hierarquia.
- **ATENTADO (A BOMBA):** Ato criminoso com fins de destruir algo ou de atingir alguém.
- **BALA PERDIDA:** Termo utilizado para designar ferimento ou morte de pessoa atingida por um projétil em situação de conflito no qual ela não está envolvida diretamente.
- **BRIGA:** Luta, discordância verbal, combate corporal. **BRIGA DE TORCIDAS:** Combate entre grupos organizados de torcida de futebol. **BRIGA DE GANGUES:** Idem, entre grupos organizados de rua.
- **CHACINA:** Assassinato de várias pessoas ao mesmo tempo. Termo recente que, segundo dicionário Aurélio, deriva da definição de matança de gado com esartejamento.
- **CONFLITO:** Choque, oposição de pessoas que lutam; debate acompanhado de injúrias e ameaças; discordância; oposição.
- **DESAPARECIMENTO:** Deixar de aparecer, de ser visto; sumir-se, ocultar-se, esconder-se; deixar de existir, morrer, apagar-se, faltar, perder-se.
- **DESCRIMINALIZAÇÃO:** Ato ou efeito de discriminar; absolver de crime; tirar a culpa de; inocentar; excluir a criminalidade ou a antijuricidade de um fato. **DESCRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS:** Idem a discriminação, fazendo referência às drogas.

- **DISCRIMINAÇÃO:** Impedir alguém de estar em algum lugar, tomar parte de algum ato; distinguir alguém ou um grupo. **DISCRIMINAÇÃO AO DEFICIENTE FÍSICO:** Idem a Discriminação, fazendo referência à deficiência física de um indivíduo. **DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA:** Idem a Discriminação, fazendo referência à cor de pele, ao grupo étnico, à raça. **DISCRIMINAÇÃO SEXUAL:** Idem a Discriminação, fazendo referência ao gênero ou à orientação sexual. **DISCRIMINAÇÃO SOCIAL:** Idem a Discriminação, fazendo referência à posição, categoria ou classe social de um ou mais indivíduos.
- **ESPA NCAMENTO:** Ato de agredir com pancadas; violência física.
- **ESTUPRO:** à época das reflexões que originaram este artigo, o estupro era definido legalmente como constrangimento ao ato sexual com penetração vaginal. Constava que a conjunção ou o trato carnal violento ou pela força, perpetrado por um homem contra uma mulher, configurava o crime. Entretanto, significativas alterações no Código Penal acarretaram profunda redefinição da categoria. A atual definição do crime de estupro está amparada sob a Lei 12.015/2009, que alterou o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940- Código Penal. O Título VI, antes definido como “Crimes contra os Costumes”, passou a ser ditado como “Dos Crimes contra a Dignidade Sexual”. A tipificação do crime de estupro, atualmente, encontra-se registrada no capítulo 1, artigo 213, como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. A principal diferença entre as mudanças que a Lei 12.015/2009 traz e o Código Penal de 1940 refere-se à fusão entre o crime de estupro e o antigo “atentado violento ao pudor”, o qual era regis-

trado sob o artigo 214. Conforme a antiga definição, a vítima do crime de estupro só podia ser mulher, uma vez que a configuração do mesmo se dava através da penetração pênis-vagina, ou seja, o sujeito ativo era necessariamente do sexo masculino. Com as novas modificações, o artigo 214 foi revogado. Portanto, a partir dessa nova redação, qualquer pessoa (homem ou mulher) pode ser sujeito ativo ou passivo do crime de estupro⁷.

- EXECUÇÃO: Assassinato a sangue frio.
- EXPLORAÇÃO: Levar vantagem, tirar proveito, utilizar ou aproveitar-se de alguém. Juridicamente ela é classificada em regular ou lícita, irregular ou ilícita. EXPLORAÇÃO INFANTIL: Idem a exploração, referente a crianças.
- EXTERMÍNIO: Ato ou efeito de exterminar, assolação, destruição com mortandade, ruína total, aniquilamento: guerra extermínio.
- EXTORSÃO: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outro indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faz ou deixar de fazer alguma coisa (art. 158 do código penal).
- GOLPE: Ato ardiloso promovido por alguém em vistas de tirar benefício indevido para si.
- INVASÃO: Entrar ou ocupar um lugar, um território, à força.

⁷A definição da categoria estupro foi atualizada tendo em vista as profundas alterações no Código Penal entre a versão de 1996 e a versão atual deste artigo. Sobre as informações, cf. Presidência da República. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm, acessado em 4 de junho de 2010.

Banco de dados para estudar a violência na imprensa brasileira

- **JULGAMENTO:** Ato de julgar alguém.
- **LATROCÍNIO:** Assassinato com fim de roubo; roubo feito à mão armada; roubo com violência.
- **LINCHAMENTO:** Justicar, matar alguém sumariamente sem ter havido julgamento regular. Em geral, os linchamentos são feitos por processos de grande crueldade.
- **MÁFIA (Constituição de):** Criar um grupo ou associação secreta de malfeitores; qualquer organização que utilize métodos ilegais e violentos para controlar uma atividade.
- **MAUS TRATOS:** Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância para fins de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-o a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de coerção ou detenção (art. 136).
- **MOTIM (de presos):** Rebelião numa prisão.
- **NARCOTRÁFICO:** Crime organizado envolvido com tráfico de drogas e várias outras formas de crime e violência.
- **NEGLIGÊNCIA (MÉDICA) (POLICIAL):** Remete à ideia de desprezar, de desatender; à falta de cuidado ou de precaução com que se executam certos atos que têm maus resultados e que, se fossem praticados com a devida prudência e atenção, não aconteceriam. Negligência, assim, evidencia a falta decorrente de não se acompanhar o ato com a atenção com que ele deveria ser acompanhado. Implica a omissão ou inobservância de dever que compete ao agente. A negligência difere de imperícia e de imprudência. Imperícia é o que se faz sem conhecimento da arte ou da técnica,

com o qual se evitaria o mal. A imprudência é mais que falta de atenção: é a imprevidência acerca do mal que se devia prever. E a negligência mostra a culpa do agente; o negligente é, assim, responsável pelos danos decorrentes de seu ato, executado negligentemente. NEGLIGÊNCIA MÉDICA: Idem, para situações que envolvem assistência médica. NEGLIGÊNCIA POLICIAL: Idem, para situações que envolvem a proteção policial.

- PARRICÍDIO: Originalmente quer significar homicídio praticado pelo filho contra a pessoa de seu pai ou de sua mãe. Na linguagem técnica atual, parricídio é somente o crime do filho que mate um de seus pais – seja legítimo, ilegítimo ou mesmo adotivo – e, excepcionalmente, a qualquer um de seus ascendentes – avô, avó – que também sejam tidos como pais.

- PRECONCEITO: Conceito formado antecipadamente e sem fundamento razoável; opinião adotada sem exame, imposta pelo meio, pela educação; julgamento favorável ou desfavorável relativo a alguém ou a alguma coisa, formado de antemão, a partir de certas circunstâncias, fatos, aparências.

- PRISÃO: Do latim, prehendere (prender, segurar, agarrar); tanto significa o ato de prender ou o ato de agarrar uma coisa ou pessoa: assim, prender e agarrar são equivalentes à prisão, significando o estado de estar preso ou encarcerado. Exprime o ato pelo qual a pessoa é privada de sua liberdade de locomoção, isto é, da liberdade de ir e vir, recolhendo-a a um lugar seguro e fecundo, de onde não poderá sair. Reclusão e retenção têm sentidos equivalentes à prisão, significando o estado de estar preso ou privado da liberdade de andar ou de se locomover sem restrições.

- PROSTITUIÇÃO: No sentido jurídico, é o comércio do amor ou a entrega da mulher aos prazeres dos homens, por dinheiro ou

Banco de dados para estudar a violência na imprensa brasileira

mediante pagamento. Prostituição importa em venda, em tráfico; significa o comércio do corpo, a venda pública do corpo para a satisfação dos prazeres dos homens, sem escolha. PROSTITUIÇÃO INFANTIL: Idem a Prostituição, fazendo referência à/ao menor. Lê-se também Exploração de Menores. Na linguagem penal, assim se entende, a utilização de menores para fins libidinosos, com o intuito de proveito ou vantagem para o explorador.

- **PROTESTO:** Reclamação que se fez de livre e espontânea vontade contra alguma injustiça, contra um ato abusivo ou contra alguma ilegalidade.

- **REBELIÃO:** Ato de rebelar-se; oposição por vias de fato à execução de ato jurídico ou administrativo; resistência, desobediência à autoridade opressora; levante; oposição, resistência por meios morais; crime de tentar mudar a forma de governo, destruir a integridade da pátria, impedir a execução de leis.

- **SEGURANÇA PÚBLICA:** Relativa às medidas em prol do segurança pública de quaisquer instâncias do governo, sejam elas municipais, estaduais ou federais.

- **SUICÍDIO:** É a autoeliminação ou a morte da pessoa provocada por ela própria, voluntariamente, empregando contra si meios violentos.

- **TENSÃO URBANA:** Quando as pessoas que vivem nas cidades estão em situação de pressão psicológica, por causa de uma situação ou de um conjunto de situações relacionadas, que provocam medo e insegurança, pode-se remeter ao aumento da representação ou do campo semântico da violência nas grandes cidades.

- **TIROTEIO:** Troca de tiros entre pessoas e grupos.

- **TRÂNSITO (ATROPELAMENTO):** Problema que envolva mortes em acidentes de carros, motos e caminhões, etc., nas ruas e estradas.
- **TROTE UNIVERSITÁRIO:** Trata-se de um evento ritual, realizado no início dos semestres letivos, a que são submetidos os novos estudantes universitários, chamados de calouros, por parte dos estudantes mais antigos, chamados de veteranos. Esse ritual de iniciação se faz muitas vezes de forma agressiva e violenta, que se traduz, grosso modo, em intervenções no corpo (corte de cabelo dos rapazes, pinturas corporais, água e outras substâncias jogadas nas roupas, etc.) e, em muitos casos, em “brincadeiras” que envolvem situações humilhantes, assédio sexual e desrespeito individual e coletivo.

QUADRO III - Teorias e Tipologias

Categorias
VIOLENCIA GERAL
VIOLENCIA URBANA
VIOLENCIA NO RIO
VIOLENCIA E MULHER
VIOLENCIA E MINORIAS
VIOLENCIA E CULTURA
VIOLENCIA E POLÍTICA
VIOLENCIA NO CAMPO
VIOLENCIA E SISTEMA CARCERÁRIO
VIOLENCIA E CRIMINALIDADE
VIOLENCIA FAMILIAR
VIOLENCIA POLICIAL

2.2.2 Tipologias⁸

Abuso (de Poder) (Sexual) (Sexual Infantil)
Agressão (aos Direitos Humanos)
Aliciamento de Menores
Arrastão
Assalto (a Banco)
Assassinato
Assédio Sexual
Atentado (a Bomba)
Bala Perdida
Briga (de Torcidas) (de Gangues)
Chacina
Conflito
Desaparecimento
Descriminalização (das Drogas)
Discriminação (ao Deficiente Físico) (Étnico) (Sexual) (Social)
Espancamento
Estupro
Execução
Exploração (Infantil)
Extermínio
Extorsão
Golpe
Invasão
Latrocínio
Linchamento
Máfia
Maus Tratos
Narcotráfico
Negligência (Médica) (Policial)

⁸ Entre parênteses, constam subtipologias.

Parricídio
Preconceito
Prisão
Prostituição (Infantil)
Protesto
Rebelião
Segurança Pública
Suicídio
Tensão Urbana
Tiroteio
Trânsito
Trote Universitário

3. Cenas da violência

Na terceira parte de nosso banco de dados, buscamos reunir informações que nos mostrassem um pouco como a violência é construída nas páginas dos jornais, por isso a denominamos de *CENAS DA VIOLÊNCIA*. Para tanto, buscamos descrever o cenário, os personagens, a cidade onde ocorreu e o caso. Abaixo, descrevemos como trabalhamos com estes dados.

O campo *CENÁRIO* destina-se principalmente aos artigos que envolvem relatos de situações caracterizadas como violentas. Neste campo, temos a descrição do lugar e da situação onde ocorreram crimes, estupros, assassinatos, etc. Esses cenários são sempre acompanhados por *PERSONAGENS*, pessoas que participaram direta ou indiretamente do evento que está sendo relatado. Por exemplo, na descrição de um assassinato, aparecem não apenas a vítima e o assassino, mas também o policial e/ou o delegado que investiga o crime, parentes do agressor ou da vítima e outras pessoas envolvidas na situação. É praticamente reproduzir aqui nossa lista de cenários e de personagens, pois há uma gama imensa deles, o que nos mostra que é neste campo que está

a particularização das situações de violência.

O campo *CIDADE ONDE OCORREU* dedica-se exclusivamente a mapear quais são as principais cidades onde ocorrem certos tipos de violência. Por exemplo, o Rio de Janeiro, até o momento de finalização do banco de dados, parecia ser a cidade onde mais ocorriam guerras entre o narcotráfico e a polícia, ao passo que o Estado de São Paulo vinha sendo caracterizado por um grande número de rebeliões em presídios.

O penúltimo campo, *CASO*, refere-se a eventos que tiveram destaque na imprensa e que foram noticiados durante vários dias. Agrupamos neste campo diferentes notícias relativas à mesma história e, dessa forma, buscamos permitir o cruzamento de nossos arquivos relativos a diferentes jornais.

No final de nosso questionário, previmos um item denominado *OBSERVAÇÕES*, no qual cada pesquisador/a fez os comentários que lhe parecessem pertinentes à notícia classificada. Este item foi muito importante para o aprofundamento das questões teóricas de nossa pesquisa, assim como para a delimitação das diferentes objetos de pesquisa escolhidos pelos diferentes bolsistas para a continuidade de seu trabalho individual de pesquisa.

Observações Finais

Buscamos contribuir, com este artigo, para a elaboração de um modelo metodológico de análise da mídia impressa tal como ela existia nos anos 1990. Com o advento das novas tecnologias de comunicação e o impacto cada vez maior da informação eletrônica, sabemos que serão necessárias outros elementos para a construção de um banco de dados similar – primeiro porque todos os grandes jornais são hoje consultados eletronicamente, e a forma de exposição de notícias numa página de internet é totalmente diferente de sua exposição em uma página de jornal impresso; segundo porque as notícias na internet têm um viés interativo, com

a possibilidade de que os leitores interfiram na notícia, dando opiniões e tecendo comentários, em espaço apropriado nos próprios sites dos jornais. Estes novos elementos certamente precisarão ser incluídos na organização de um banco de dados, uma vez que eles também compõem a notícia e sua veiculação.

De toda forma, ao revisitarmos este artigo, mais de uma década depois de ter sido escrito, observamos a atualidade e a pertinência das questões relativas à forma como situações de violência e atos violentos eram e continuam a ser tratados pela imprensa. Constatamos, portanto, que, longe de ser um tema localizado em um momento histórico, a violência permanece sendo um tema candente e cada vez mais presente no debate público brasileiro.

PROJETOS COLETIVOS DE PESQUISA DESENVOLVIDOS PELA EQUIPE DO NIGS (2000 - 2010)

Apoio ao Desenvolvimento do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades: pesquisa e publicações (2009/2010). Financiamento: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Um olhar de gênero sobre a história e a transmissão das antropologias contemporâneas em diferentes países do mundo (2010/2012). Financiamento: CNPq (PQ).

Papo Sêrio: Oficinas de Gênero, Sexualidade e Prevenção nas Escolas (2007- 2010) – Projeto Institucional de Extensão. Financiamento: PRPE-UFSC e PROEXT (2009 e 2011).

Antropologias Contemporâneas: transmissão, formação e constituição de campos científicos (2007/2010). Financiamento: CNPq (Bolsas PQ e Iniciação Científica).

Parentalidades, Amor e Conjugalidades na Contemporaneidade – Um estudo comparativo nas cinco regiões do Brasil (2007/2009). Edital Humanas CNPq.

Representações de Iniciação Sexual e Homossexualidade em Escolas de Ensino Público de Santa Catarina (2007/2009) – Financiamento: Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais e Ministério da Saúde.

Ensino Religioso e Gênero em Santa Catarina (2007/2008) – em parceria com o Núcleo de Estudo de Modos de Subjetivação e Movimentos Contem-

porâneos (NUR). Financiamento: CE-BRAP/PROSARE.

Dictionnaire des Femmes Créatrices (2008/2009), projeto desenvolvido em parceria com Barbara Glowcwski (Laboratoire d'Anthropologie Sociale – EHESS). Financiamento: Editions des Femmes, França.

Parceria Civil, Conjugalidades e Homoparentalidade no Brasil (2005/2007), com co-coordenação de Anna Paula Uziel (UERJ) e Luiz Mello (UFG). Financiamento: Edital Universal CNPq.

Contracepção e Planejamento Reprodutivo na Percepção das Usuárias do Sistema Único de Saúde (2005/2006), projeto coordenado pela ONG SOS Corpo. Financiamento: Ministério da Saúde.

Mapeamento Nacional de Pesquisas e Publicações sobre Violências contra Mulheres (2003/2005). Financiamento: Fundação FORD.

Projeto Rizoma Educação, Movimentos Sociais e Gênero (2000/2003). Projeto desenvolvido em parceria com os núcleos MOVER (Educação UFSC), NPMS (Sociologia Política UFSC) e FURB. Financiamento: Plano Sul de Pesquisa e Pós-graduação CAPES.

PROJETOS INDIVIDUAIS DE PESQUISA

Pesquisas em andamento em 2010

André Musskopt. Pós-doutorado. Bolsa CNPq. Período: 2010/2011.

- Anelise Fróes da Silva. Mulheres em Movimento (s): etnografia de grupos lésbicos no interior do movimento feminista em Porto Alegre/RS. Mestrado PPGAS/UFSC. Início: 2008.
- Camila Bianca dos Reis. Políticas Públicas de Saúde e a violência doméstica contra as mulheres através da percepção das Agentes Comunitárias de Saúde Ingleses/Florianópolis. Graduação em Ciências Sociais. Início: 2009.
- Claudia Nichnig. Processos de conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo na Previdência. DICH/UFSC. Início: 2009.
- Claudio Leite Leandro. SexxxChurch - diversidade sexual em igrejas evangélicas pós-modernas. Mestrado PPGAS/UFSC. Início: 2010.
- Eduardo Frigério. Divisão sexual do trabalho a partir da PNAD/IBGE: um panorama da assimetria entre homens e mulheres em diálogo com as diferentes perspectivas de análise. Graduação em Ciências Sociais.
- Fernanda Moraes Azeredo. Senhoras e Senhores, um estudo sobre gênero, corpo, envelhecimento e socialização. Mestrado PPGAS/UFSC. Início: 2010.
- Francine Pereira Rebelo. Quem sai da terra natal?: uma análise de gênero dos imigrantes brasileiros em Londres. Graduação em Ciências Sociais.
- Emília Juliana Ferreira. Um grande júri: análise do processamento penal do aborto. Mestrado PPGAS/UFSC. Início: 2010.
- Esmael Oliveira. Homofobia no contexto escolar: uma etnografia dos discursos sobre a homossexualidade em uma escola pública de nível médio da cidade de Manaus. Doutorado PPGAS/UFSC. Início: 2010.
- Fatima Weiss de Jesus. A Cruz e o Arco-íris: articulações entre gênero, sexualidade e vivência religiosa a partir de uma "Igreja Inclusiva" no Brasil. Doutorado PPGAS/UFSC. Início: 2007.
- Felipe Bruno Fernandes. Gênero e Diversidade na Escola: análise das políticas de combate à homofobia do Ministério da Educação. DICH/UFSC. Início: 2007.
- Heloísa Regina Souza. A reinvenção do parto domiciliar no Brasil. Doutorado PPGAS/UFSC. Início: 2010.
- Isadora Vier Machado. Judicialização das violências psicológicas contra mulheres. DICH/UFSC. Início: 2010.
- Paula Pinhal de Carlos. "Sou para casar" ou "pego, mas não me apego"?: um estudo sobre amor e jovens. DICH/UFSC. Início: 2007.
- Patricia Rosalba Salva dor Moura Costa. Aracaju dos anos 90: crimes sexuais, homofobia e justiça. DICH/UFSC. Início: 2009.
- Raruilquer Oliveira. Masculinidades. IC/CSO/UFSC. Início: 2009.
- Rosa Blanca Cedilho. Mulheres artistas viajantes. DICH/UFSC. Início: 2008.
- Simone Nunes Ávila. Produção da masculinidade na transexperiência masculi-

na. DICH/UFSC. Início: 2010.

Vinicius Kauê Ferreira. Ensino de Antropologia e Gênero. PIBIC/CSO/UFSC. Início: 2008.

Rayani Mariano. Oficinas Papo Sério. Início: 2009.

Pesquisas Finalizadas

Pós-doutorado

Carla Giovanna Cabral. O avesso da tecnologia: um olhar antropológico sobre a vida de Helena Amélia Oehler Stemmer. Bolsa Pós-doutorado CNPq. Período: 2008/2009.

Tese de doutorado – PPGAS e DICH

Rozeli Maria Porto. Aborto Legal e o Cultivo ao Segredo: dramas, práticas e representações de profissionais de saúde, feministas e agentes sociais no Brasil e em Portugal. PPGAS/UFSC. Setembro de 2009.

Rosa Maria Rodrigues Oliveira. "Isto é contra a natureza?". Decisões e Discursos sobre conjugalidades homoeróticas em Tribunais Brasileiros. DICH/UFSC. Abril de 2009.

Marcelo José Oliveira. Entre amigos: Antropologia da homosociabilidade masculina em camadas populares na periferia metropolitana da Grande Florianópolis. PPGAS/UFSC. Março de 2008.

Leandro Castro Oltramari. Representações sociais da Aids: relações conju-

gais e confiança. DICH/UFSC. Fevereiro de 2007.

Tito Sena. Os relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas. DICH/UFSC. Agosto de 2007.

Olga Zigelli Garcia. Sexualidades Femininas e Prazer Sexual: uma abordagem de gênero. DICH/UFSC. Novembro de 2007.

Eduardo Steindorf Saraiva. Conjugando amor e desejo: sobre experiências masculinas do assumir-se homossexual. DICH/UFSC. Dezembro de 2007.

Adriano Nuernberg. Gênero e psicologia social no contexto da produção científica brasileira nas décadas de 80 e 90. DICH/UFSC. Março de 2005.

Myriam Aldana Vargas. Sexualidade e reprodução : da natureza aos direitos: a incidência da Igreja Católica na tramitação do Projeto de Lei 20/91 - aborto legal e Projeto de Lei 1151/95 - união civil. DICH/UFSC. Setembro de 2005.

Carmen Suzana Tornquist. Parto e Poder: análise do movimento pela humanização do parto no Brasil. PPGAS/UFSC. Agosto de 2004.

Miriam Adelman. A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociedade contemporânea. DICH/UFSC. Março de 2004.

Marlene Tamanini. Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas à Luz da Bioética e das Teorias de Gênero: ca-

sais e médico@s no sul do Brasil. DICH/UFSC. Março de 2003.

Dissertações de Mestrado em Antropologia Social – PPGAS/UFSC

Dina Mazariegos. Intelectuais Feministas Mayas da Guatemala. 2010.

Fernanda Cardozo. Das Dimensões da Coragem: socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil. 2009.

Martina Ahlert. Mulheres do Monte Verde: etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular de Porto Alegre e o Programa Fome Zero. 2008.

Flávio Luiz Tarnowski. Pais assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. 2002.

Juliana Cavilha Mendes. História de quartel: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa. 2002.

Rozeli Maria Porto. Gravidez e relações violentas: representações da violência doméstica no município de Lages-SC. 2002.

Bernadette Grossi dos Santos. O reino da impura sorte: garimpeiros e garimpeiras em Datas - MG. 2001.

Alinne de Lima Bonetti. Entre Feministas e Mulheristas: uma etnografia sobre promotoras legais populares e novas configurações da participação política feminina em Porto Alegre. 2000.

Ari José Sartori. Homem e as Políticas

de Empoderamento das Mulheres: a emergência do gênero entre sindicalistas de esquerda. 1999.

Euthália de Freitas Xavier. Fragmentos de um Discurso Interdito: sobre a voz do homem no conflito conjugal. 1998.

Ana Maria Fonseca de Oliveira Batista. O telefone sem fio, a sobrinha do presidente e as duas polegadas a mais: concepções de beleza no concurso de miss universo. 1997.

Claudia Lago. Burocráticos e Românticos: pontos para uma etnografia do campo jornalístico paulistano. 1995.

Gláucia de Oliveira Assis. Estar Aqui, Estar Lá... Uma Cartografia da Vida Entre Dois Lugares. 1995.

João Batista Martins. Marolas Antropológicas: identidade em mudanças na Praia do Santinho. 1995.

Elisete Schwade. A luta não faz parte da vida ... é a vida: o projeto político-religioso de um assentamento no oeste catarinense. 1993.

Roseli Buffon. Encontrando o homem sensível? Reconstrução da imagem masculina em um grupo de camadas médias intelectualizadas. 1992.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais – UFSC

Nayara Uber Piloni. Uma análise das trajetórias afetivo-sexuais de indivíduos que se autot classificam como “bissexuais” na cidade de Florianópolis. Graduação em Ciências Sociais. Início: 2009.

- Sara Raquel Nacif Baião. Os mortos de São Tomaz: ritos funerários em um bairro rural ao sul de Santa Catarina. 2010.
- Gicele Sucupira Fernandes. Será que as meninas não gostam da matemática ou a matemática não gosta das meninas? Uma etnografia das Olimpíadas de Matemática em Florianópolis. 2008.
- Joana Pagliosa Corona. As meninas do centro: família, sociabilidade e subjetivação entre mulheres prostitutas de rua em Florianópolis. 2007.
- Maria Luiza Bettiol Carneiro. Um toque de bola em pés femininos: um estudo sobre o futebol feminino em Florianópolis. 2007.
- Silvia dos Santos Fernandes. As Mulheres encarceradas no Presídio Feminino de Florianópolis -SC: o cotidiano e os desejos. 2006.
- Fernanda Cardozo. Parentesco e Parentalidades de Travestis em Florianópolis/SC. 2006.
- Clarice Krieger. Trajetória de uma mulher no poder: Marta Suplicy. 2003.
- Camila Pinheiro Medeiros. Sobre deveres e prazeres: estudo acerca de mulheres que se assumiram lésbicas depois de terem sido mães. 2003.
- Silvana Maria Bitencourt. Jovens Feministas: um estudo sobre jovens mulheres feministas. 2001.
- Dalva Marisa Ribas Brum. Os filhos da contracultura. 1999.
- Eliane D'avila. Homoerotismo no cinema: uma análise das representações afetivas entre iguais. 1996.
- Ângela Célia Sacchi. Mapeando o conceito de gênero nos anos 90 nos encontros da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). 1994.
- Marineide Silva. Honra, fuga e casamento: um estudo de caso em Ponta das Canas. 1992.
- Silvana Rassi Bruder. Poder e proteção na delegacia da mulher em Florianópolis. 1992.
- Karine Antunes Pereira. Entre homens: um estudo sobre a construção de masculinidades num bar de Itacorubi. 1992.
- Maria Aparecida Fachini. Começa como eu comecei: estudo sobre a construção de um nome na profissão de cabeleireira. 1992.
- Ana Cristina Barreto Floriani. Novo estilo de vida religiosa: como viver a fraternidade esperança. 1991.
- Rosana Maria Badalotti. Os papéis de gênero na festa do Divino Espírito Santo no Ribeirão da Ilha. 1990.